

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

ATA Nº 059

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todos e a todas!

Gostaríamos de dar início a esta Audiência Pública proposta pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa, que tem como objetivo discutir a situação do ensino superior no Estado de Mato Grosso, aliada à pauta de reivindicações dos professores e servidores das instituições de educação federal de Mato Grosso.

Gostaria de convidar para compor a Mesa: a Srª Flávia Maria de Barros Nogueira, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia; a Srª Débora Silva Santos, que representa o Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC; a Professora Matilde Araki Crudo, Pró-Reitora de Ensino de Graduação, neste ato representando o Professor Paulo Speller, Reitor da UFMT; a Professora Milena Martins, representando a Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Srª Marina Barbosa; a Srª Jacira Soares, representando o Sindicato Nacional dos Servidores Federais - SINSEF; o Professor Carlos Alberto Eiler, Presidente da Associação ADUFMAT/UFMT; e a Drª Carolina Joana, representando o Reitor da UNEMAT, o Professor Taisir Mahmudo Karim.

Eu gostaria de saber se tem alguma representação dos estudantes (PAUSA).

Convido para compor a Mesa o Professor Adriano Bereunig, representando o CEFET.

Eu peço para o estudante se identificar para podermos... Acho que houve um problema lá na entrada, mas eu quero convidar, para compor a Mesa, o Aislan Sebastião.

Você representa o DCE, Aislan?

O SR. AISLAN SEBASTIÃO - A UNE.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - UNE.

Gostaríamos de agradecer a presença de Marinez Isac Marques, Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFMT; Adriana Rigon, Pró-Reitora Administrativa da UFMT; Marilda Matsubara, Pró-Reitora da UFMT; Adriano Bereunig, representando o Diretor-Geral da CEFET, já está conosco aqui na Mesa, representando o Professor Henrique do Carmo Barros; Aislan; Professor Alair Silveira; Célia Alves Borges, Professora da UFMT; João Mutenberg, aluno da UFMT; Ivomar Reis, Secretário Parlamentar, neste ato, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil.

Se tiver mais alguma autoridade presente que foi convidada e não está aqui ainda presente à Mesa, por favor, pode se identificar.

Quem está representando o SINTUF?

Convido o Sr. Benedito Ferraz, representando o SINTUF, para compor a Mesa também.

Como Parlamentar, fui procurada por vários colegas que são docentes da Universidade Federal de Mato Grosso, que gostariam que esta Casa, a Assembléia Legislativa,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

fizesse este debate sobre o ensino superior em Mato Grosso, que, hoje, tem responsabilidade não só o Governo Federal, mas o Governo do Estado também. Fazendo uma interface, principalmente das nossas instituições do ensino superior de Mato Grosso, principalmente a rede federal, por conta de que neste momento as universidades federais encontram-se paralisadas, não só ela, mas a Escola Técnica Federal também, aliás, não está, só a de São Vicente, gostariam de trazer para esta Casa o eixo, as reivindicações, para fazer uma discussão macro, porque não dá para fazer isso isolado, diante da conjuntura que temos.

Eu, então, me dispus a fazer e trazer para esta Casa esse debate. Apresentamos em plenário o Requerimento, que foi aprovado no mesmo dia em que apresentamos. A Assembléia Legislativa acatou-o.

Todos os Deputados Estaduais estão informados desta Audiência, aprovaram em plenário e receberam o convite, a convocação para estarem aqui. Então, todos estão sabendo desta Audiência.

Eu gostaria, neste momento, de agradecer a presença de todos e todas. Estamos aqui cumprindo o nosso papel. Hoje, a Assembléia Legislativa não pode ficar à parte desse debate, não pode ficar fora desse debate, porque ele afeta milhares de estudantes, de pessoas que precisam da nossa universidade pública funcionando e atendendo a comunidade.

Nós não podemos virar as costas para um problema real que existe. Então, eu cumpro o meu papel, vamos fazer esse debate e eu gostaria de agradecer a presença de todos os companheiros e companheiras que estão à Mesa. Eu digo companheiros e companheiras porque nós estamos numa jornada única, que é a defesa da educação pública.

Eu fui aluna da Universidade Federal de Mato Grosso. Formei-me lá com muito orgulho. Tenho ex-professores neste plenário. Eu sei que para minha vida, para a atuação política que venho desempenhando, a universidade foi muito importante na minha vida.

Fui do movimento estudantil durante o período em que lá estudei. Batalhamos pelas eleições diretas na universidade, por qualidade de ensino, fazendo interface com a comunidade. Então, é com muito orgulho que estou aqui neste momento coordenando este debate.

Neste momento, gostaríamos de abrir e iniciar a fala pela Débora, que aqui representa o Professor Nelson Maculan.

Nós temos uma Mesa bastante diversa. Vamos pedir que respeitemos o tempo, porque temos vários oradores à Mesa. Eu gostaria de propor 10 minutos, que eu acho que seriam suficientes. Se alguém precisar utilizar um tempo maior, peça; se for menos, não tem problema. Mesmo porque nós temos um teto. Às 17:00 horas teremos Sessão Ordinária.

Quero agradecer, neste momento, a presença do Professor Clóvis Mattos que está aqui conosco; do Professor Júlio César Martins Viana, que é Presidente do SINTEP; da Professora Carolina Joana da Silva, que está representando o Professor Taisir.

Então, vou passar a palavra à Débora, que dispõe de dez minutos.

A SR<sup>a</sup> DÉBORA SILVA SANTOS - Boa-tarde a todos e a todas, boa-tarde, Deputada.

Na verdade, gostaria de agradecer em nome do Professor Maculan de estar vindo aqui nesta Casa para poder estar apresentando um pouco as ações e os programas que o Ministério de Educação está fazendo em relação ao desenvolvimento da educação superior. Eu, antes de começar, só quero deixar duas coisas claras.

A primeira é um pouco sobre a responsabilidade da Secretaria de Educação Superior, que é uma unidade do Ministério responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

A SESU é responsável pela manutenção, supervisão e desenvolvimento de 52 instituições públicas federais de ensino superior que compreendem 39 universidades, 08 faculdades, 05 CEFETs, que são os que têm ensino superior, e também responsável pela supervisão das instituições privadas de educação superior.

No segundo momento, eu quero me situar um pouco, porque sou consultora dentro da CESU, diretamente ligada ao professor Maculan e ao Diretor de Políticas do Ensino Superior, que é o Professor Godofredo de Oliveira Neto.

Então, nesse sentido, talvez frustre um pouco a expectativas das pessoas que estão aqui, achando que eu tenho a possibilidade ou a autonomia, ou autoridade para poder estar discutindo algumas questões em cima das reivindicações salariais ou não. Eu sou uma pessoa que vou recolher todas as demandas que estiverem aqui, as discussões que tiverem e fazer os encaminhamentos necessários. E gostaria de deixar isso um pouco claro antes de começarmos a conversar.

Na verdade, nesses dois últimos anos, a SESU vem trabalhando a partir do momento em que o Governo Lula assumiu o Governo Federal e com a instituição, no Ministério da Educação, primeiro do professor Cristovam Buarque, depois com o professor Tarso Genro, e, hoje, já estamos no terceiro Ministro, que é o Professor Fernando Haddad, as questões levantadas a quatro eixos sérios em cima da educação superior que estamos trabalhando. A primeira é a questão da presença de apenas 9% da população jovem entre 18 e 24 anos no ensino superior.

A meta que o Governo brasileiro assumiu, não só no Plano Nacional de Educação como também com compromissos internacionais, é até o ano de 2011 ter 30% desses jovens no Ensino Superior.

A outra questão é o aumento, nos últimos oito anos, das vagas nas instituições privadas de Ensino Superior. Hoje, no Ensino Superior, 79% está nas mãos das instituições particulares. Então, esses 21% estão na mão das instituições públicas.

Com isso, claro, paralelamente a isso, é a total estagnação das vagas nas instituições federais de Ensino Superior e o sucateamento do sistema de ensino, com falta de professores, com falta de técnicos administrativos, estrutura física debilitada, bibliotecas e laboratórios que, na verdade, não estão atualizados.

A outra questão é a baixa presença dos grupos historicamente excluídos, que é a questão de negros, indígenas e pessoas com deficiência. Hoje, esse número representaria quase 50% da população e, na verdade, eles não estão representados no Ensino Superior.

Então, nesse sentido, com essas quatro questões - dentre todas as outras - as quatro primordiais, foram escolhidos três eixos de trabalho dentro da Secretaria de Educação Superior, que é trabalhar com a inclusão, trabalhar com a regulamentação e com a expansão. Não nessa ordem, mas eu vou falar mais ou menos nessa ordem.

A inclusão, na verdade, refere-se à inclusão desses grupos que eu já falei, historicamente excluídos, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Com isso, foi o PL nº 3.627, que foi encaminhado no ano passado para a Câmara Federal, no qual destina que o sistema de reserva de vagas ou quotas, que vocês conhecem, que é a destinação de 50% das vagas das instituições federais para alunos provenientes de escolas públicas, tendo um percentual para negros e indígenas diferentemente em cada Estado, representando os dados do IBGE.

Independente desse PL, que hoje já foi aprovado até pelo Prof. Abicalil, teve a aprovação no último dia 21, que foi o Projeto 73/99, onde já passou por essa Comissão de Educação e Cultura e em breve deverá estar indo direto para o Senado. Tem mais duas comissões para ser

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

passado. Então, provavelmente, ainda vamos conseguimos aprovar esse projeto talvez até o final deste ano.

Mas, independente disso, já tem 20 universidades públicas federais e estaduais que já possuem sistema de reserva de vagas no Brasil. Outro programa que tem sido feito pela SESU-Secretaria de Ensino Superior é o UNIAFRO, que é um programa de ações afirmativas para a população negra nas instituições públicas de Educação Superior, no qual 18 núcleos de estudos afro-brasileiros ganharam o aporte de recursos para poder continuar desenvolvendo não só sobre a Lei nº 10.639, que é a instituição da história e cultura afro-brasileira nos currículos como também para permitir o acesso e permanência dos alunos.

Na UFMT foi o Projeto do NEPRE - Núcleo de Pesquisas Raciais e Étnicas que foi aprovado pela Professora Lúcia Muller, está em vias de ser liberado o recurso. Esse recurso todo desse programa foi dois milhões e meio.

Tivemos o PROLIND, que é um programa de formação superior e licenciatura para indígenas, que também doze universidades tiveram projetos aprovados, que são projetos para formação de professores, especificamente para voltar para suas aldeias.

Tivemos o Programa Incluir, que é um programa de igualdade de oportunidade e direito à universidade. Ele é uma proposta para superar a discriminação e permitir o acesso ao ensino superior a pessoas com deficiências. Isso foi reforma de prédios fazendo o acesso para as pessoas com deficiências, mudança e adaptação de bibliotecas com livros em braile, contratação de professores de libras para poderem acompanhar esses alunos na escola.

Temos o PROEXT, que terminou agora dia 30/09, que é o programa de extensão universitária, que são programas e projetos com ênfase na inclusão social.

Temos, por essa questão de 79% da educação superior estar nas instituições privadas, o ProUni, que é o Programa Universidade para todos, que são bolsas de estudos integrais e parciais, para alunos de escolas públicas e de baixa renda nas instituições privadas. Este ano, foram cento e doze mil vagas e desse total, trinta e oito mil foram para negros e indígenas.

A outra questão é a regulamentação. Essa regulamentação é o quê? É garantir a oferta e a expansão qualitativa e quantitativa do ensino superior. Então, por meio de procedimentos e normas transparentes, isso envolvendo as instituições privadas, como elas são responsáveis 79%, na verdade, é uma garantia instituindo SINAES, que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e o ENADE, que é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Isso tudo feito conjuntamente com INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, para garantir a melhoria do ensino nessas instituições.

Nós só vamos estar conseguindo diminuir e repensando o sistema todo de educação, se tiver... Bom, tudo isso está sendo discutido dentro do projeto de reforma da educação superior, que é o grande projeto, tanto a inclusão quanto à regulamentação tem sido baseada em cima disso.

O outro é expansão e a expansão das IFS que é uma das principais metas, na verdade, do MEC este ano e ela tem... Por quê? Porque ela reconhece o papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social. E por isso o Governo adotou uma série de medidas com o objetivo de retomar o crescimento do ensino superior público.

Então, desde 2003 está sendo feito um investimento sistemático para o aumento dessas instituições. Nós tivemos em 2004 a aprovação da Universidade Federal do AVC, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano e a Universidade Federal da Grande Dourados, a Universidade Federal do Pampas e a Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Aqui, como eu tenho pouquinho tempo, eu vou pular, são várias outras universidades. São mais trinta e seis *campi* que estão sendo criados em todo o Brasil. Pensando o quê? Pensando, na verdade, na vocação econômica de cada região. São novas diretrizes, é uma interiorização, na verdade, do ensino público, principalmente feito pelo sistema federal. Aqui para o Mato Grosso, na Universidade Federal de Mato Grosso, já está se discutindo. Pelo menos, no último dia 27, houve uma reunião com os reitores, pró-reitores e interlocutores dessas instituições responsáveis, para se pensar no *campus* de Rondonópolis e no *campus* de Sinop, que são dois projetos que estão em fase de elaboração ainda. Nós sabemos que a próxima reunião acontece agora no final do mês de novo. Para o *campus* de Rondonópolis estão sendo previstos, num primeiro momento, três cursos de graduação: engenharia mecânica, engenharia química e engenharia de alimentos; e para o *campus* de Sinop estão sendo previstos os cursos de agronomia, zootecnia, medicina veterinária, engenharia florestal, enfermagem e licenciatura em ciências. Na verdade, esse plano todo do sistema federal é para que sejam criadas no Brasil inteiro trezentas mil novas vagas, bem como mais de duas mil e quinhentas vagas para docentes e mais de duas mil vagas para técnicos administrativos.

Então, nesses últimos dez anos, esse foi o maior investimento no sistema de educação superior. Na verdade, a ampliação e a tentativa de mudança desse quadro de apenas 21% da educação está nas mãos do ensino federal. Esse, na verdade, é um processo, é um testemunho de um compromisso de que a educação superior brasileira tem a missão estratégica e única voltada para a consolidação de uma nação soberana, democrática, inclusiva e capaz de gerar a emancipação social.

Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Professora Débora, nós agradecemos.

Nós vamos trabalhar a questão do tempo para que todos possam aqui falar.

Já temos mais dois Deputados aqui conosco, o Deputado Eliene, que já está à Mesa, e o Deputado Humberto Bosaipo, que é o Presidente da Comissão de Educação. Gostaria de convidá-lo para vir compor a Mesa conosco.

Neste momento, nós vamos passar a palavra para a Professora Flávia Maria de Barros, que é Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, que também tem dez minutos.

A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MARIA DE BARROS - Não serão necessários. Só vou usar dois minutos. Eu só gostaria de cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Humberto Bosaipo e o Deputado Eliene e agradecer, mais uma vez, a acolhida. Eu gosto sempre de vir aqui, porque essa é uma Casa sempre aberta ao debate. Então, agradeço pelo convite. Cumprimento também a Débora da CESU; a professora Matilde, que representa a UFMT; a professora Carolina da UNEMAT e o professor Adriano da CEFET. Cumprimento também o meu colega Max da UFMT, representante da UNESCO aqui em Mato Grosso; e meus amigos professores, funcionários da UFMT, que se encontram aqui, da ADUFMAT, do SINTUF. É com satisfação que eu venho até a está Casa hoje na tentativa de contribuir com este debate.

O Governo do Estado... As pessoas têm sido testemunhas do esforço que nós temos feito para fortalecer a FAPEMAT, porque nós acreditamos firmemente que o fomento e a pesquisa são condições fundamentais para o fortalecimento das nossas instituições públicas de ensino superior. Então a FAPEMAT fortalecida significa projetos de pesquisas e grupos de pesquisa se desenvolvendo, melhoria dos cursos de graduação, aumento, melhoria, consolidação dos cursos de pós-graduação e fortalecimento do sistema como um todo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Então, nesse sentido, temos dado todo o apoio necessário de infra-estrutura e melhoria de condições de trabalho em nossas instituições públicas, tanto na Universidade Federal quanto na Universidade do Estado e nos dois CEFETs. Nesse contexto, Deputada Verinha, nós estamos à disposição para contribuir no que for necessário. Então, sem mais, agradeço o convite e me coloco a disposição. Obrigada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos também a presença do professor Antônio Carlos Max, representando a UNESCO. Vamos agora convidar para falar a professora Matilde Araki Crudo, que fala como pró-reitora de ensino de graduação, neste ato representando o professor Paulo Speller, reitor da UFMT. Tem dez minutos, professora.

A SR<sup>a</sup> MATILDE ARAKI CRUDO - Boa-tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo, que foi minha aluna de graduação, e fazer umas poucas palavras sobre a Universidade Federal de Mato Grosso.

O sistema federal público de ensino superior vive um momento de crise que não é de hoje. Foram anos de desmonte de coisa pública, anos sem investimentos, anos sem elevação de custeio, anos sem contratação de professores e servidores técnicos administrativos. O Governo Lula iniciou ainda uma tímida recuperação das universidades federais, aumentando, pela primeira vez, o custeio em 35%; possibilitando, pela primeira vez, por exemplo, em mais de quase dez anos, a aquisição de acervo bibliográfico; e autorizando concursos públicos para contratação de docentes e servidores técnico-administrativos. No Governo Lula já foram realizados dois concursos para professores, três concursos para hospitais universitários e dois concursos para servidores técnico-administrativos.

Evidentemente, apesar de reconhecermos o esforço do Governo em recompor os quadros e o orçamento das universidades federais, a resposta ainda é tímida frente a um número de aposentadorias, tanto de docentes quanto de técnico-administrativos; e frente às demandas represadas da comunidade universitária. Se na década de 90 a Universidade Federal de Mato Grosso dispunha de 1.200 professores efetivos, o número caiu para 923 em 2004, já acusando uma pequena recuperação em relação a 2003.

O número de servidores técnico-administrativos revela outra face perversa. Universidades Federais do mesmo porte têm uma correlação entre o número de alunos e servidores técnicos muito mais favorável. Por exemplo, a Federal de Viçosa tem uma correlação aluno/técnico de 3,7 alunos por servidor; e a Federal de Goiás tem uma correlação de 5,9 alunos por servidor. No entanto, na Federal de Mato Grosso a correlação é de 10,4 alunos por servidor, mais do que o dobro dessas duas universidades já citadas.

Apesar da difícil conjuntura, a Universidade Federal de Mato Grosso tem resistido e nos últimos quatro anos tem melhorado significativamente seus indicadores, tanto qualitativos, quanto quantitativos. E isso não é mérito apenas da administração superior, mas do esforço contínuo, conjunto e coletivo dos professores, dos servidores, dos estudantes e da sociedade mato-grossense, que defende a UFMT, única Universidade Federal em nosso Estado.

Alguns exemplos, alguns poucos indicadores. O número de vagas inicial nos cursos de graduação aumentou de 2.635, no ano de 2000, para 4.313, em 2004. Assim, como o número de inscritos no exame vestibular que, praticamente, dobrou no mesmo período de tempo. Aumentou também o número de cursos, o número de alunos matriculados em graduação, inclusive com maior oferta de turmas no período noturno e, também, no número de alunos diplomados. Aumentou o número de cursos de mestrado, de apenas 4, em 2000, com 234 alunos matriculados, para 12 mestrados e 01 doutorado, em 2005, com 444 alunos. Para 2006, serão 15 mestrados com aprovação de mais 03 cursos de mestrados pela CAPs.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Outro indicador importante é o da produção científica. O número de artigos científicos em periódicos nacionais com corpo editorial passou de 104, em 2000, para 1.020, em 2003; em periódicos estrangeiros, de 44, em 2000, para 392, em 2003, quase multiplicando por 10 o número de produção. Apenas para dar dois exemplos.

O número de docentes efetivos, de fato, vem diminuindo ao longo dos anos, apesar da pequena recuperação em 2003 e 2004. Nós éramos 964 professores em 2000, passamos para 914 em 2003, e agora 923 em 2004. Mas se o número diminuiu, a titulação aumentou consideravelmente. Em 2000, éramos apenas 170 doutores, e passamos para 294 em 2004. O número de mestres também aumentou consideravelmente, e o número de especialistas e de graduados diminuiu, indicando a elevação da titulação de um modo no corpo docente da UFMT.

Hoje, apenas 43 professores da ativa têm apenas a graduação, os demais contam, pelo menos, com a especialização.

Em função da queda do número de docentes efetivos, vem aumentando vertiginosamente o número de professores substitutos. Hoje são mais de 300 contratos de trabalho precário.

O que foi criado como um quebra-galho para eventuais substituições de professores efetivos para licenças médicas e licenças maternidades, virou um mecanismo, infelizmente, necessário para evitar que alunos da graduação fiquem sem aulas.

Por isso, nada mais justa a reivindicação de reposição imediata de vagas docentes e ampliação do quadro de professores, considerando que a UFMT, praticamente, chegou a seu patamar de crescimento com o pessoal e recursos disponíveis.

Em relação à remuneração, todos concordamos que o nosso salário básico, pelo qual se remunera o professor substituto, é muito baixo. E mesmo o salário inicial para professor doutor, incorporado a gratificação de estímulo à docência e a gratificação de atividade executiva, totalizando pouco mais de cinco mil reais, não tem sido suficientemente atraente para garantir a participação de candidatos em algumas áreas nos concursos recém-abertos.

Outras áreas, no entanto, felizmente, têm recebido muitos candidatos, como foi o caso da Biologia, com quase dez doutores concorrendo a uma única vaga em Rondonópolis.

Evidentemente, nem tudo está às mil maravilhas na UFMT. Nós precisamos repor e ampliar os quadros docentes e de servidores técnicos administrativos, precisamos renovar a frota de veículos, precisamos modernizar os laboratórios, atualizar as bibliotecas, precisamos melhorar as condições de trabalho e ampliar os valores pagos, por exemplo, aos coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação e de algumas funções administrativas que, apesar da grande responsabilidade que detém, recebem cerca de cem reais ou um pouco menos, em alguns casos a título de FG, Função Gratificada.

Mas boas notícias também alentam a administração e também atingem a Universidade Federal. Em meio a nossa luta em defesa da ampliação do ensino público, cujos índices são bastantes preocupantes, conforme a Débora já citou, recebemos com grata satisfação a notícia de que a UFMT foi incluída no Programa de Expansão do Ensino Superior, o que significa, em termos concretos, de nove a onze novos cursos de graduação a serem implantados nos *campi* do interior - Sinop, Rondonópolis e Pontal do Araguaia, vagas docentes e de técnicos administrativos específicas para a expansão, construção de estruturas físicas pra laboratórios, bibliotecas e salas de aulas e aquisição de bibliografia, equipamentos e de material de consumo. Pelo cronograma do Governo Federal, as aulas deverão começar em agosto. Estamos trabalhando, a todos vapor, apesar da greve, para conseguir finalizar a tempo o projeto acadêmico e plano de trabalho, para que em novembro possa ser assinado o convênio com a SESU, garantindo o orçamento necessário para a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

expansão. Como é do conhecimento de todos, somente no Governo Lula o sistema federal de ensino voltou a crescer. No Governo anterior apenas o sistema privado prosperou.

Finalizo esta fala reiterando o trabalho coletivo e conjunto de toda a comunidade universitária para enfrentar os duros desafios do cotidiano e da expansão futura que agora acabamos de receber. Obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradecemos e convidamos agora a Dr<sup>a</sup> Carolina Joana da Silva, que representa a UNEMAT, o Professor Taisir Mahmudo Karim, por dez minutos.

A SR<sup>a</sup> CAROLINA JOANA DA SILVA - Boa-tarde!

Grata à Deputada Verinha Araújo por essa iniciativa do debate do ensino público superior e também quero dar o meu boa-tarde especial para os Deputados Eliene e Humberto Bosaipo e para todos os senhores e senhoras.

Eu quero colocar algumas questões relacionadas à UNEMAT, ao papel que a UNEMAT tem no Estado de Mato Grosso em atender 111 dos 142 municípios do Estado.

A UNEMAT conta com 11 *campi* distribuídos no Estado de Mato Grosso e 12 núcleos pedagógicos. Ela atende a um total de 11 mil alunos. Desse total de alunos, eu tenho alguns dados que mostram como a UNEMAT vem trabalhando para dar acesso ao ensino público superior a várias pessoas.

Dos alunos que estudam na universidade, 79% são oriundos das escolas públicas, 68% são trabalhadores, 55% são mulheres e 63% são jovens de até 24 anos.

A UNEMAT oferece 76 cursos de graduação. Desses cursos de graduação, alguns deles são cursos especiais ou atendendo a populações indígenas com duas turmas aqui em Mato Grosso; uma turma atendendo a etnia de todo Brasil; e a segunda turma atendendo as etnias aqui de Mato Grosso, oferecendo formação em três áreas: Ciências Sociais, Ciências Biológicas e Ciências Humanas.

A UNEMAT também oferece atualmente um curso de agronomia para os assentamentos, um curso novo, e mantém alguns programas especiais, como o Programa de Ciências Agroambientais, Programa de Licenciaturas Plenas Parceladas com a formação de professores em todo o Estado, Programa de Módulos Temáticos também e o Programa de Ensino a Distância.

Com esse programa, a universidade mantém os cursos regulares e ela atenda 11 mil alunos. A UNEMAT tem alguns desafios, porque somente 30% dos professores são concursados. Ela abriu recentemente 04 cursos novos e todos esses cursos com a necessidade de professores concursados. Está sendo planejado ainda para este ano o edital de concurso de professores porque a intenção é atender as 500 vagas que existem abertas na instituição.

A UNEMAT é uma universidade que tem uma avaliação a cada cinco anos. Diferente da maioria das universidades, ela tem uma avaliação. Essa avaliação é bem rígida. E, na última avaliação que foi no ano passado, exigiu que a UNEMAT tenha daqui a cinco anos três cursos de mestrado e um de doutorado.

A UNEMAT conseguiu este ano aprovar o seu primeiro curso de mestrado e mantém uma cooperação de doutorado. Então, esperamos que nesses cinco anos a UNEMAT consiga atender os desafios impostos ou colocados por esta avaliação. Isso é importante, porque a UNEMAT pode a cada cinco anos reavaliar, expandir e se colocar. Todos os investimentos estão voltados para atender a essa avaliação, que é de estruturar os programas de pós-graduação para que a UNEMAT se mantenha como universidade.

Então, estou aqui disponível para o debate e colocações que forem necessárias.

Grata! (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço a professora.

Gostaríamos de justificar a saída do Deputado Eliene, que se dirigiu para uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

E queremos comunicar que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pelo Canal 36, TV Assembléia.

Com a palavra, o Sr. Adriano, representando o CEFET.

O SR. ADRIANO BEREUNIG - Boa-tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo e agradecer o convite a estarmos presentes a uma discussão sobre o Ensino Superior.

Quero apenas aqui, Deputada, ressaltar que, até pela fala da representante da SESU, faltou aqui uma representação importantíssima, que é da Educação Tecnológica, alguém do CETEC, que estaria representando. Como a Sr<sup>a</sup> Débora ressaltou, eles estão representando apenas cinco CEFET's que, na realidade, é apenas parcialmente cinco CEFET's, porque os outros cinco CEFET's, esses são representados também pelo CETEC.

Nessa discussão ainda, quero aproveitar essa discussão que foi levantada pela Sr<sup>a</sup> Débora, da expansão da Educação Superior que, na realidade, é uma expansão que não conseguimos entender, que a reforma da Educação Superior vem aí discutindo alguns aspectos interessantes, reformatando, inclusive, o que a UNEMAT está tentando se adaptar, porém, até tomamos susto, porque - e aqui eu faço até um pedido, que esta Casa também discuta isso - a princípio havia sido prometido que ela seria por lei e seria amplamente discutida. Porém, nós já temos notícia do Ministério de Educação de que ela vai ser aprovada via decreto, porque por lei está muito longo.

Então, essa é uma questão que deve ser levantada e isso, pelo menos, lá nos bastidores do Ministério de Educação, vem circulando essa notícia.

Mesmo nessa expansão da Educação Superior, incluindo os CEFETs, que estão sendo criadas novas unidades, vem uma preocupação. Com a greve, nós não estamos conseguindo recursos para ter o aumento para professores, para manter minimamente a qualidade do Ensino Superior. Será que agora é o momento de ampliarmos unidades? Então, é mais um questionamento que eu gostaria de levantar.

Eu sou extremamente favorável a essa questão de inclusão social que, na realidade, nós temos várias aqui em Cuiabá, inclusive, com a questão de termos o passe livre, são poucas as cidades que têm isso, é uma inclusão de transporte, que é uma inclusão social. Porém, essa inclusão hoje vem como exclusão e novamente nós aqui deveremos discutir uma política de crescimento de vagas e não retirar as vagas existentes para incluir uma determinada faixa que está excluída, que eu acho que deve acontecer, porque senão estaremos na contramão.

Se houve uma discussão dizendo que há grande crescimento das particulares, eu não tenho nada contra as instituições particulares, muito pelo contrário, acredito que elas vêm cumprindo um papel social também delas, porém, se defendemos ou não o crescimento delas, ao se criar uma política de cotas, de reserva de vagas onde eu não criei vagas - novamente frisando - pensando que esses estão excluídos, hoje eles não estão nem nas particulares e nem nas públicas. Tecnicamente, esses que estão nas públicas, pelo cálculo do Ministério, eles têm condições de ir para uma privada. Necessariamente, eu estou investindo na privada. Então, nesse cálculo, matematicamente, eu estou fazendo o crescimento da privada mais até do que nos governos anteriores.

Aqui, mais perguntando do que respondendo, novamente eu me assusto com dados como sendo da UFMT, nós tivemos um crescimento, até por conta da imposição do Governo, e hoje temos uma política de matrículas para orçamento. O que nem sempre é uma qualidade. Aí faz uma

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

avaliação institucional para ver se você está mantendo a qualidade, ou seja, colocam a corda no seu pescoço. Quem está na instituição como dirigente sabe que é muito complicado manter as duas coisas. Nós temos uma relação ainda pior do que a UFMT, ou melhor, isso é muito relativo. Nós temos uma relação de quase vinte alunos por servidor no CEFET Mato Grosso, o que significa que cada servidor seja responsável por uma turma de alunos, isso contados os professores e técnicos administrativos.

Temos um problema - a UFMT no passado também - que final do ano não temos condições de pagar energia, temos que sair atrás de dinheiro porque a energia subiu 20%, o telefone subiu 15% e nós aumentamos 50% o corpo discente. Aí você tem o seguinte problema: o orçamento subiu 5%, eu tive 15% de aumento em tudo e 10% de alunos. Eu aumentei alunos, necessariamente, vou ter mais consumo de água, mais consumo de luz e não há esse respaldo.

Então, eu acho que é muito mais ampla essa nossa discussão de apenas estarmos aqui pensando em expansão. Eu acho que seria a manutenção que não estamos tendo.

E, como dirigente, ficamos extremamente assustando quando só conseguimos atender a 20% dos que nos procuram, 20% do processo seletivo é atendido. Adorariamos atender mais a sociedade, porém, quando atendemos, temos um grande problema, nos assustamos, porque manter a qualidade é complicado. Inclusive a qualidade de vida do Corpo Docente, porque os nossos professores ficam muito mais em sala de aula e aí vem uma outra contramão: se eu os coloco muito em sala de aula, como estímulo pesquisa? Em que horário ele vai fazer a pesquisa? Essa é a minha pergunta.

Ontem nós tivemos, Deputada Verinha Araújo, uma discussão, inclusive estava presente representante da SECITEC, falando sobre o ensino tecnológico, no CEFET/Mato Grosso, e foi esse o questionamento dos alunos: "Professor, nossos cursos serão reconhecidos?" Eu respondi a eles: olha, eu acredito que sim. Mas, se não fosse, até pelo respaldo da comunidade, torceríamos até para que não fosse para termos a visibilidade maior. Porque quando ele é reconhecido, não há visibilidade nem pro e nem contra. Agora, quando ele não é, necessariamente, haverá uma briga contra o Ministério Público, aí vão entrar na Justiça pedindo para que seja corrigido pelo Ministério da Educação, ou seja, a União. Por outro lado, nós não gostamos de fazer isso.

Então, eu gostaria realmente de mais perguntar do que responder, levantar essas questões num momento tão importante, e gostaria de parabenizá-la por esta proposta, mas que deveríamos levantar questões mais peculiares na nossa educação, não só de expansão, não só pensar na pesquisa nua e crua, porque no Brasil - fiz o meu doutorado bancando do bolso, como a maioria faz, nós sabemos disso -, com 10% de uma pesquisa, nos Estados Unidos mantemos quinhentas pesquisas no Brasil.

Eu acho que é muito importante esta discussão, porém acho que temos que permear por outros mares, não dizer falsos números em números, mas falsa realidade.

Eu sou aluno da UFMT e, graças a Deus, tive sucesso, porém, das federais não são representativos, porque, realmente, fazemos processo seletivo que é tão peneirado que acaba conseguindo manter a qualidade, mas temos que primar, sim, e discutir a manutenção antes da expansão. Não digo só em salário, até porque eu votei contra a greve do CEFET em Mato Grosso. Porém, eu acredito que mais do que isso sejam investimentos reais, crescimento. Se o Governo libera 16% de aumento de energia, por que libera apenas 2% de aumento no orçamento? Então, acho que isso é para ser discutido. Agradeço o convite; o professor Henrique manda um abraço e agradece, só que ele está numa discussão nos Conselhos dos Diretores Gerais do CEFET. Muito obrigado. (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora vai falar a professora Milena Martins, representando o Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior, Sr<sup>a</sup> Marina Barbosa Pires.

A SR<sup>a</sup> MILENA MARTINS - Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar todos e todas, em especial, a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo. E dizer da nossa satisfação de estar aqui nesta Casa, que, na realidade, tem mesmo de estar aberta ao diálogo às discussões e tudo mais, principalmente diante de uma crise tão grave que nós vivemos no ensino superior neste país.

Então, eu queria pedir também desculpas da não presença da professora Marina em função de que estamos num processo de negociação com o MEC. Por esse motivo é que aqui eu estou para representar o nosso sindicato.

Quero dizer que vou levantar algumas questões que nos parecem extremamente preocupante nesse processo que vem se dando da reforma do ensino superior, exatamente na discussão que a companheira colocou do MEC, da inversão da questão do financiamento das universidades privadas - e a inversão que existe hoje está numa proporção muito maior nas universidade privada do que nas universidades públicas -; e das condições que as nossas universidades públicas apresentam hoje diante desta nova conjuntura.

Quero começar a minha fala, dizendo o seguinte: quando o Governo Lula assumiu a Presidência da República, nós tivemos a visita em nosso sindicato do Ministro da Educação. Ele foi ao nosso sindicato, foi a primeira vez que o Ministro foi ao sindicato, para fazer uma discussão sobre a questão do ensino superior. Até aí nós tínhamos alguma esperança de que pudéssemos fazer realmente uma discussão bastante aprofundada e séria do que significava, naquele momento, uma reforma para o ensino superior brasileiro. E tivemos a desagradável surpresa, em março de 2004, quando a Comissão Interministerial fez um levantamento das universidades, fez um diagnóstico dessas universidades, mostrando as condições reais que essas universidades têm, a penúria que vinham vivenciando... Na realidade, foi feito um diagnóstico até bastante consistente, mas não foram apontadas soluções para os problemas levantados.

Em agosto de 2004, o MEC lançou o seu primeiro documento sobre diretrizes e princípios da educação superior. Aí sim, nós começamos a entender qual era a lógica que estava estabelecida. Era nada mais, nada menos, do que a recuperação do projeto de reforma do ensino superior, que já havíamos derrotado no Governo Fernando Henrique, com algumas questões diferenciadas, mas cuja proposta conceitual era exatamente a mesma. E essa proposta ficou muito clara, porque está escrita em um documento do MEC, que era entender a educação como um bem público e não mais como um direito social. Nesse sentido, bem público possibilitava a perspectiva de que tanto a iniciativa privada, quanto a iniciativa pública, quanto o público, poderiam expandir a educação, que nesse sentido tinha um caráter de serviço. Então, essa é uma questão que está clara no próprio documento do MEC.

A segunda questão falava exatamente da justiça social. A justiça social nesse primeiro documento dizia o seguinte: “Os alunos têm que ser suficientemente competentes para estarem na Universidade”. Então, na realidade é novamente uma discussão do direito. Aqueles que são competentes podem estar na Universidade e os outros? E a justiça social, da forma como foi apresentada, não se consolidava como algo absolutamente sólido em uma concepção de universidade. Tentava-se discutir, através da questão da justiça social, um projeto de inclusão que, na realidade, não ocorreu. E não poderia ocorrer dentro de uma proposta educacional, que não é a proposta de se entender a Universidade Pública como uma instituição social, que tem como

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

precipuamente construir e renovar o conhecimento e não, simplesmente, construir um conhecimento para o mercado.

Então, é evidente que nessa proposta a questão da justiça não vai aparecer, porque vai aparecer mesmo como serviço que pode ser explorado por ambos os sistemas, seja público, seja privado. E mais do que isso, que o Estado nesse documento aparece somente como gerenciador da Lei Orgânica do Ensino Superior e não mais como provedor da Lei Orgânica - isso é uma questão complicada.

Aí vieram as outras duas versões, que eu não vou discutir aqui todas as versões... Mas gostaria de colocar, exatamente, essa terceira versão que deve ser encaminhada ao Congresso Nacional: Quais são os pontos realmente... De qualquer maneira, eu já queria colocar que nós não abriremos nenhuma concessão a essa reforma pelo seu conceito privatista pelo seu conceito quantitativo e pelo seu conceito mercadológico. Então, quanto a isso, o ANDES-SN não abre mão da sua proposta.

Queria dizer que a questão grave que aparece nesse documento, que afirma, primeiro, é a questão do financiamento das universidades. E isso tem, exatamente, uma dimensão que é muito maior, que o somente o financiamento, que diz respeito à autonomia universitária, porque se nós não tivermos um financiamento que possa cobrir todas as despesas e as necessidades de uma instituição que gera conhecimento, portanto, que tenha ensino, pesquisa e extensão, nós não vamos ter autonomia - isso é uma questão clara.

A questão do financiamento está automaticamente ligada à questão da autonomia. Nesse sentido, o Governo tem feito com todos nós uma coisa que eu acho extremamente grave... E, no documento, ele diz: “Vamos manter os 75% para as universidades públicas, dos 18% do conjunto de impostos”. Só que esses 18% do impostos não são mais a mesma quantidade que eram no ano passado e no ano retrasado, eles são menos, porque o Governo, hoje, usa de um artifício que é o seguinte: Ele denomina alguns impostos como contribuições, e as contribuições não entram no bolo.

Portanto, cada vez que nós temos menos impostos, mais contribuições, e, portanto, os 18% que o Governo vai nos dar é muito menos do que hoje nós já recebemos das universidades. E mais, retirando desses 18% a DRU e o FUNDEB, que ainda vão entrar nessa discussão dos 18%.

Portanto, tem mais aqui: Entre FUNDEB e DRU tem mais que 25%, que eu não sei como é que o Governo vai resolver, porque ele dá 75 para nós, 20 e 25 já passou dos 100. Enfim, é um problema que o Governo deve resolver, porque, em matéria de números, eles trabalham bem direitinho.

Bom, nessa discussão, nós vamos ver uma inovação na questão do financiamento das instituições de ensino superior, porque o Governo financia a instituição privada, sim, porque, em nome destas vagas que ele libera da instituição privada, ele também libera todos os impostos e as contribuições, portanto diminui o nosso bolo lá também. Ele está financiando realmente. O ProUni pode ser chamado pelo Governo de Projeto de inclusão, mas na realidade ele é uma compra de vagas feita com dinheiro público e, no nosso entendimento, para melhorar a condição dos empresários da educação, que estavam com a corda no pescoço em primeiro lugar.

Em segundo lugar eu queria levantar uma questão muito grave aqui, que várias das instituições do ProUni, o MEC as avaliou, não com o conceito máximo. Então, o que fica claro para nós é que essas vagas vão ser reservadas para os pobres nas piores universidades, porque, aliás, no ensino privado não tem muitas universidades que aderiram ao ProUni com uma avaliação que se possa dar credibilidade.

A outra questão do documento que nos assusta de certa forma é a discussão de acesso e permanência. Não quero falar somente de acesso, mas de acesso e permanência, porque o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Governo vai apontando numa direção de que as cotas fazem parte do acesso e aí a discussão de cotas é uma outra questão que o Governo vem nos colocando numa situação muito difícil.

Em nenhum momento o sindicato nacional é contra cotas. Ele é contra cotas da forma como foi colocada, porque ela não foi colocada como uma política afirmativa que venha resolver o problema, mas foi colocada como uma política de compensação e, nesse sentido, no nosso entendimento, ela mais exclui do que inclui. Para você ter uma política afirmativa é necessário que nós, nas universidades públicas brasileiras, tenhamos uma intervenção direta nas escolas públicas de 1º e 2º graus para melhorar as condições das pessoas que ali estão que, na sua grande maioria, são pobres e negros, para que eles possam vir para a universidade sem esse processo de cotas, que não é um processo nem de premiação pela competência. Essa é a nossa posição. Quero que isso fique bem claro.

O que nos assusta também é a enorme veiculação e a discussão que vai se fazer agora sobre a educação a distância. O projeto de educação a distância já está elaborado, deve ir para o Congresso, como outros tantos projetos, porque essa reforma é absolutamente fragmentada. Nós temos já várias coisas aprovadas e outras não aprovadas e esse projeto de educação a distância pressupõe todo tipo de curso a distância, inclusive doutorado e mestrado, todo curso *lato sensu*.

Então, queria perguntar se realmente quando o MEC coloca a questão do financiamento na base que ele está colocando, a solução só pode ser a distância? Porque, na realidade, não tem contratação de professores, não tem melhoria das condições físicas das universidades. Então, eu queria chamar a atenção para isso.

Teria mais algumas coisas para falar em relação ao SINAES e ao ENADE, que a companheira também colocou que o SINAES é um tipo de avaliação para uma universidade voltada ao mercado, porque ele é produtivista. E o ENADE é uma avaliação dos estudantes que está vinculada ao ranquiamento das universidades. Portanto, do projeto do Fernando Henrique para este, não mudou nada, absolutamente nada.

Eu queria, só para terminar, dizer que quando eu ouço falar em expansão, eu sou uma pessoa que sempre defendi a expansão das universidades. E acho que esse é o nosso papel como instituição pública que somos e produtoras de conhecimento. Mas a expansão que está sendo feita, uma chamada interiorização, ela se dá não no projeto político-pedagógico e acadêmico das universidades, mas ela se dá como um braço que vai à sociedade e que não consegue se manter. E o problema maior é que o processo de privatização vai se dar rapidamente. E isso nós já temos alguns estudos, onde começa estudar esse processo de expansão no seu GT, porque a preocupação maior que nós temos é que exatamente a educação a distância vai servir a isso também. Vai servir para os cursos de graduação que, hoje, estão altamente precarizados com contratação em toda a universidade pública brasileira de 13% do total de professores precários e vai servir a essa tal expansão como interiorização, porque se não houver nenhuma proposta de financiamento baseada na proposta que nós defendíamos no TNE, nós não vamos conseguir que isso se dê em termos justos.

Para finalizar, queria dizer que a própria discussão da greve, hoje, que é uma greve salarial mesmo - e acho que é absolutamente justa, não tem nada mais justo do que o trabalhador lutar pelo seu salário -, que essa greve salarial diz respeito a este projeto também. Porque a precarização do trabalho docente, a não contratação... Nós somos todos professores que estávamos em ampla produção, fomos forçados a nos aposentar pela reforma da previdência, deixamos a universidade já numa condição pior do que ela estava anteriormente, e durante esse período nada se fez para melhorar essa condição.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Quero só lembrar a vocês que em 2001, nós tivemos 12% de aumento na nossa greve e saímos da greve com a promessa do MEC, de 2.000 vagas para o ano seguinte e, hoje, pelo MEC só foi cumprido 800 vagas, das 2.000 vagas que nós deliberamos em 2001, com a nossa greve.

Então, quer dizer que, nesse momento a questão do baixo salário diz respeito a um projeto de universidade que se desenvolve pelo Governo Federal.

Eu teria outras coisas para dizer, mas como vamos debater, agradeço. Muito obrigada (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Eilert, Presidente da ADUFMAT.

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Boa-tarde a todos e a todas!

Em nome do comando local de greve, nós estamos representados pela Prof<sup>a</sup> Alair Silveira, que fará a fala de todos os professores da Universidade Federal.

A SR<sup>a</sup> ALAIR SILVEIRA - Boa-tarde!

Antes de começar, eu convidaria todos para assistir uma projeção.  
(NESTE MOMENTO, É EXIBIDA UMA PROJEÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO.)

A SR<sup>a</sup> ALAIR SILVEIRA - Quero desejar uma boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo e por extensão todos os presentes.

Vou ler aqui para vocês uma reflexão do comando local de greve.

“A educação tem sido, ao longo dos anos, uma das principais bandeiras de todos os projetos políticos e sociais. De acordo com alguns programas partidários, constitui-se na alternativa de investimento necessária ao desenvolvimento social e econômico do país. Entretanto, em que pese a prioridade nos discursos e nas promessas, a educação brasileira tem sido vítima de um perverso projeto de destruição da formação educacional qualificada.

Reconhecida como dever do Estado e direito de todos, o acesso à educação foi submetida à lógica das estatísticas oficiais, as quais respondem à necessidade de superar índices de analfabetismo e evasão, permitindo ao Brasil disputar mercados internacionais e ao Poder Executivo - local, estadual e nacional - promover suas respectivas administrações.

O custo social dessa política atinge todas as instâncias educacionais do país: sob o nome de promoção automática, crianças alcançam as séries seguintes sem ter se apropriado, minimamente, dos conteúdos elementares da língua portuguesa e da matemática; em nome da “democratização do ensino”, estudantes secundaristas concluem o ensino médio sem ter desenvolvido a capacidade de compreender, articular e redigir textos mais abstratos, imprescindíveis para a formação universitária.

No nível do 3º grau, a dita “democratização do ensino” atende pelo nome de ProUni e política de cotas, apresentadas como formas de inclusão universitária e compromisso social.

A consequência dessa política de priorização da quantidade, em detrimento da qualidade, colhe seus frutos nos bancos universitários quando boa parte desses jovens, sem formação adequada, adentra as universidades, sedentos de diplomas exigidos pelo mercado, porém não valorizados.

Os resultados assustadores das provas da OAB (em nível nacional) e de pesquisas que identificam que 68% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais e que apenas 26% têm pleno domínio da leitura, dispensam maiores comentários.

A tragicidade social desse quadro revela o grau de destruição a que foi submetida a educação brasileira e, por consequência, as possibilidades de desenvolvimento econômico

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

socialmente incluyente, posto que o comprometimento do ensino de qualidade para todos representa o comprometimento das oportunidades de inclusão social, em um mundo cada vez mais orientado pela lógica do mercado seletivo e excludente.

A greve nas universidades públicas, iniciada nacionalmente no dia 30 de agosto, responde não somente ao descaso com que o Governo Federal, nas últimas administrações, tem tratado os professores universitários, cujos salários estão profundamente defasados ante uma inflação acumulada de 142,85% - nos últimos 11 anos - segundo o DIEESE, mas também pelos cortes nos investimentos para a Universidade Pública gratuita, de qualidade laica e socialmente referenciada.

As condições de trabalho nas Universidades Públicas estão cada vez mais comprometidas, seja pela falta de investimento das condições estruturais adequadas como salas de aula, laboratórios e bibliotecas, seja pela falta de materiais para pesquisa e de expediente. Entretanto, a Universidade Pública e de qualidade, resiste! Apesar do sucateamento, mais de 90% das pesquisas são realizadas pelas universidades públicas. Apesar do sucateamento, é a Universidade Pública brasileira o reduto da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Apesar do sucateamento, é da Universidade Pública o reconhecimento pela excelência de ensino.

E é exatamente por causa disso que o desmonte da Universidade Pública apresenta-se como pré-condição para sua privatização. Tal qual foi feito com outras áreas de atividade, quando o comprometimento das condições de trabalho e eficácia permitiu o discurso da competência e da eficiência associado à iniciativa privada, angariando assim a simpatia social.

Desta forma, a greve nas universidades públicas inscreve-se como um foco de resistência a essa política educacional que compromete a qualidade de ensino e as perspectivas de desenvolvimento social. Não lutamos apenas pela recomposição dos nossos salários corroídos! Lutamos por um outro projeto político para a educação, no qual a formação universitária se constitua, efetivamente, em um conhecimento técnico socialmente referenciado, exercido por cidadãos com formação propedêutica crítica e socialmente responsável.

Nossa pauta vai além da incorporação de gratificações que mantém nossos salários próximos do escárnio, considerando-se a qualificação exigida para um professor-doutor, por exemplo, que após mais de 10 anos de capacitação, recebe como salário base R\$1.036,00. Nossa pauta reivindica abertura de concursos públicos para suprir as vagas hoje ocupadas por professores substitutos com contrato de prestação de serviço marcados pela precarização das condições de trabalho.

Por tudo isso, apelamos aos Parlamentares, aos estudantes, aos professores e a todos aqueles que partilham um projeto de sociedade mais justo, incrudente e solidário a apoiar nossa luta e engrossar nossas fileiras.

Para tanto, solicitamos a todos aqueles realmente comprometidos com uma universidade pública gratuita, de qualidade laica e socialmente referenciada, que se agreguem a nós, exigindo do Governo Federal a constituição de uma mesa de negociações com aqueles que, legal e legitimamente, representam a categoria: ANDES, Sindicato Nacional e Comando Nacional de Greve, e apresente uma proposta que realmente atenda as justas reivindicações dos professores em greve. Muito obrigada. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Quero convidar o Roni para vir compor a Mesa pela União Estadual dos Estudantes, a UNE. Faltam apenas três representantes para falar para que nós possamos passar para o Plenário. Nós temos já sete inscritos, quem ainda não se inscreveu e queira, por favor, se inscrever, procure as nossas companheiras que estão de roupa preta. Não tem nada a ver com o dia (RISOS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Vamos convidar agora a Jacira, que vai falar pelo Sindicato Nacional dos Servidores - SINASEFE. Tem dez minutos, se você precisar utilizar desse tempo.

A SRª JACIRA SOARES - Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar a Casa por esta iniciativa, e acho que esse é o papel desta Casa, propiciar esses momentos tão importantes para discussão.

Eu não vou ocupar todo meu tempo porque já fui contemplada com o que foi falado pelo professor Adriano, pela Presidente do ANDES e também pela professora. E quero dizer que nós hoje estamos com trinta e quatro unidades do SINASEFE de todo o Brasil em greve. Esses cinco CEFETs antigos que foram citados pela representante da SESU, eles pertencem ao ANDES.

Então, as entidades do SINASEFE... Nós estamos com 34 unidades em greve hoje. O CEFET/Mato Grosso não está em greve. Está em greve apenas o CEFET de Cuiabá, que faz parte da nossa seção sindical, SINASEFE/MT.

Eu não vou entrar em detalhes quanto à greve. Mas eu quero dizer que para nós, do SINASEFE, essa discussão sobre a reforma da educação superior está começando porque para nós é uma coisa nova. A expansão dos CEFETs começou a partir de 2000 e pouco, de 1998 para cá. Então, essa discussão para nós é iniciante. Mas nós já temos uma certa visão sobre a questão de expansão de vagas. Não é que somos contra a essa expansão de vagas. De que adianta expandir vagas, se não oferecer condições para que esse ensino se dê da melhor forma possível, com a qualidade, realmente, esperada.

Nós temos na nossa pauta de greve uma reivindicação que é o concurso público para docentes. Porque hoje, no nosso CEFET, nós temos três cursos superiores e os professores que têm qualificação não são suficientes. Então, nós temos uma necessidade muito grande de contratação. No caso, por exemplo, do CEFET de Cuiabá, que, às vezes, abre inscrição para processo de seleção para docentes e nem consegue porque ninguém se interessa por causa do salário, que é muito baixo e não aparece candidato.

Então, nós estamos muito preocupados com a questão da expansão de vagas no CEFET, com a criação desses cursos superiores, porque nós estamos passando por sérias dificuldades, como: falta de infra-estrutura, os professores não têm a devida qualificação e daí por diante.

Eu agradeço a oportunidade de estarmos aqui discutindo.

Eu vou passar a palavra para outro orador porque eu acho que o nosso tempo precisa ser dividido para todos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Albedi Andrade Cerqueira, que é do comando local de greve do SINTUF, que dispõe de dez minutos.

O SR. ALBEDI ANDRADE CERQUEIRA - Boa-tarde a todas e a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Verinha Araújo e demais membros da Mesa. Dizer que estou muito satisfeito e agradecido pelo convite e também pelo momento oportuno, que é estarmos reunidos aqui nesta Casa para tratarmos, então, do nosso ensino superior.

É oportuno por quê? Porque estamos em greve, a comunidade universitária está em greve, isto porque a partir do momento que há paralisação de docentes e há paralisação de técnicos, automaticamente, a greve está instalada. Eu acho muito importante este espaço para que nós possamos não só estar discutindo todas as vertentes da reforma universitária ou dos ápices que agregam aí a discussão do ensino superior, mas também estar discutindo com relação a nossa greve.

Que este fórum aqui possa ter o caráter de, no seu final, pelo menos clarear ou tentar apontar alguma coisa concreta que possa sensibilizar o Governo Federal no sentido de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

negociação efetiva com quem está com o fato negocial em andamento e a reabertura de negociação para as demais categorias, como é o caso da nossa categoria.

Gostaria de fazer a leitura do manifesto dos trabalhadores técnico-administrativos, especificamente, para trazer para esse movimento.

Por que lutam os trabalhadores das universidades?

Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Mato Grosso estão em greve há dois meses. O movimento atinge 43 instituições federais de ensino superior em todas as regiões do país.

Hoje, as universidades públicas desenvolvem mais de 90% das pesquisas científicas no Brasil. Pesquisas que, depois de aplicadas, geram mais riquezas e, conseqüentemente, mais conforto para a população. Os exemplos são muitos e vão desde novos medicamentos até tecnologias de ponta que influem, decisivamente, no desenvolvimento do país. Ressalte-se, ainda, o papel desempenhado pelos hospitais universitários que atendem milhões de pessoas no país inteiro de forma gratuita, utilizando a mais avançada tecnologia existente para a área de saúde.

Os hospitais das universidades federais são referências do SUS - Sistema Único de Saúde, e atuam de forma decisiva nas áreas da pesquisa, do ensino e de extensão.

A população pouco tem sido informada sobre a importância das universidades públicas e muito menos sobre a relevância do trabalho técnico-administrativo nesse contexto.

Apesar de toda responsabilidade, os trabalhadores em educação técnico-administrativa das universidades federais recebem a mais baixa média salarial de todo serviço público federal.

Em que pese o sucateamento e a falta de recursos, a universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e cidadã, continua contribuindo fortemente para o progresso do país.

Exemplos não faltam pelo mundo afora que demonstram a importância da educação para o desenvolvimento e a independência de uma Nação. Países que até pouco tempo eram subdesenvolvidos, progrediram por conta de investimentos maciços em educação.

A série de reportagens, que prestigiada rede nacional de televisão levou ao ar semana passada, revela o excelente retorno desses investimentos concretizados em diversos países do mundo.

É por isso que os técnicos administrativos em educação das universidades federais estão em greve. O movimento cobra do Governo o cumprimento da Lei 11.091/05, que trata da Carreira da categoria, especialmente a inclusão no Orçamento 2006 de recursos para a implantação da segunda etapa e aprimoramento da Carreira, devidamente prevista na referida Lei.

Os trabalhadores em educação técnico-administrativa das universidades federais reivindicam, portanto, mais dignidade salarial que corresponda à importância do trabalho desempenhado.

Para que a educação tenha, no Brasil, o valor que merece é fundamental o apoio da sociedade. Somente assim, a luta por uma educação pública recente acabará vitoriosa.

Assim, fica explicado por que os trabalhadores das universidades públicas lutam:

- lutam por você;
- lutam pela dignidade profissional;
- lutam, enfim, pela Nação.

Comando local de greve

SINTUF-MT”

Quero aproveitar esse segundo momento para tentar ser breve num resgate que acho importante, até porque, antes, no mês de agosto que antecedeu a eleição do Presidente Lula a

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

Direção Nacional da FASUBRA já agendava um encontro com o Presidente Lula, com todo o setor da educação no Estado de São Paulo e já naquele momento apresentávamos para o, então candidato Presidente Lula o nosso projeto de reforma universitária, porque a FASUBRA, os técnicos administrativos têm uma proposta, têm um projeto de universidade para este País. É certo de que ele, em muitos momentos, se agrega tanto aos docentes como outros projetos que estão apresentados à discussão - nós precisamos aprofundar essa discussão - e também, naquele momento, cobrar pertinentemente a insistência do companheiro no sentido de atender a pauta de uma categoria que já lutava há mais de 10 anos para uma identidade, até porque nós temos que ter claro o fazer do técnico administrativo no senso universitário, mesmo porque os técnicos administrativos até então eram tratados como simplesmente técnicos administrativos. Isso ficava tão solto, tão inexpressivo que ficava clara a desvalorização que até então era impugnada aos servidores e também a questão salarial que se agravava até aquele momento.

Tivemos então a afirmação do companheiro, naquele momento, de que assumiria esse compromisso. O que não foi estranho. E a nossa categoria, por deliberação congressual, tirou apoio à candidatura do Presidente Lula. O que foi inédito! Uma categoria de trabalhadores tirar no seu congresso uma deliberação desse porte! E isso haja vista o compromisso assumido naquele encontro no mês de agosto pelo então candidato a Presidente. E nós apostamos tudo naquilo. Porém, após a posse, após o início de gestão deste Governo, nós percebemos claramente o tipo de tratamento que ele já sinalizava a nos dar.

Primeiramente, foi muito democrática e muito expressiva a perspectiva que apontava, a mudança plena do Estado em relação ao tratamento com os trabalhadores e a bancada sindical, quando formamos uma grande mesa. Pela primeira vez, tivemos frente à frente sindicalistas e ministros. Então, mais uma vez acreditávamos que a partir dali poderíamos avançar ou então construir ou tornar claro aquilo que sempre lutamos pelas conquistas dos trabalhadores ou minimamente pela manutenção daquilo que ainda não tínhamos perdido. Porém, no ano passado, tivemos a ingrata surpresa de termos um recuo no processo negocial. Ou seja, de um acordo assumido com o Governo na categoria em processo de greve anterior. Já tínhamos feito uma greve anterior e o Governo assumido um compromisso que foi descumprido no ano passado.

Mais uma vez, a categoria foi mobilizada. Fizemos uma nova greve e conseguimos reverter, naquele momento, aquele quadro de impasse e de resistência do Governo. O Governo reassumiu a sua proposta. E, neste ano de 2005, tivemos então a primeira parte do acordo cumprido. Porém, mais uma vez, somos surpreendidos agora no final de junho, início de julho com mais um recuo por parte do Governo.

Mais uma vez, a categoria mobilizada chamou a greve e nos encontramos há mais de dois meses em greve sem nenhuma possibilidade concreta de atendimento da nossa reivindicação. E isso é ruim! É ruim para nós, os técnicos administrativos, porque temos as nossas tarefas e achamos que ela é importante para a sociedade. É ruim, porque temos dito por uns e outros, divulgado na mídia que os nossos salários, os técnicos administrativos da universidade são os tubarões, são os marajás, então, isso pesa muito na nossa relação, no nosso conceito com a sociedade. E nós queremos dizer o contrário.

Nós queremos dizer que a universidade está sucateada, que na universidade faltam servidores, que na universidade faltam professores e que nós precisamos dessa sociedade do nosso lado.

Então, mais uma vez, eu acredito que esse espaço, Deputada Verinha Araújo, vem num bom momento, neste momento de greve em curso, de acirramento, em que o Governo se recusa insistentemente em não atender o comando nacional de greve da FASUBRA. E nós temos tentado

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

de todas as formas, através da Frente Parlamentar que está sendo construída, agora, mais ultimamente, com o apoio da CUT, e a partir desse final de semana, com o apoio da UNE. Quem sabe através desse compromisso, desse aglomerado que nós estamos construindo em torno da nossa greve, nós possamos, então, reverter esse quadro e que o Governo possa realmente nos atender. E que este fórum, hoje, possa estar tentando, minimamente, do que for discutido aqui, não só na questão de todo ensino superior, mas especificamente com relação a nossa greve e que possa estar sendo encaminhado no sentido de sensibilizar para que o Governo atenda quem ele está negociando e que ele venha atender quem ele se recusa atender.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço.

Com a palavra, o Sr. Roni de Pádua, que vai falar pelos estudantes, que dispõe de 10 minutos. E, depois vamos passar para as inscrições do plenário.

Temos 08 pessoas inscritas e pedimos que quem ainda queira se inscrever, por favor, faça agora, para que possamos já fazer o segundo momento da Audiência.

O SR. RONI DE PÁDUA - Em nome da Deputada Verinha Araújo, quero desejar boa-tarde a todos e a todas, e cumprimentar a Mesa!

Começo pelo papel da UEE - União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso, que esteve durante o ano todo, o ano passado e este ano, percorrendo o Estado, visitando quase todos os DCEs e CAs, departamentos das instituições, tanto privadas quanto públicas. Traçamos debates a princípio sobre a reforma universitária e a própria questão de sucateamento das universidades públicas. Percorremos todos os *campi* da UNEMAT e todos da UFMT existentes em Mato Grosso, e as particulares também. Nós tivemos vários debates traçados nas universidades particulares. Fizemos também algumas viagens nacionais, visitando várias universidades do país e ninguém melhor para saber o caos, realmente, que se encontra a universidade pública que o estudante.

Temos colegas que estão aqui presentes e somos nós que sabemos da dificuldade encontrada nos laboratórios, somos nós que sabemos da dificuldade da questão das bibliotecas, dos hospitais, no caso, o nosso que é o Hospital Júlio Müller, e outras necessidades que nós temos aqui em Cuiabá. Ainda nós temos o RU - Restaurante Universitário, mas sabemos que no *campus* de Barra do Garças, de Rondonópolis, nós não temos restaurante universitário para os estudantes.

Então, os estudantes realmente sabem, sentem na pele também a questão que nós temos dentro das universidades, quase 70% dos professores contratados, não desmerecendo, mas eles têm menos compromisso com os estudantes que os professores efetivos. Então, daí a necessidade muito maior de que o Governo promova quanto mais urgente concursos para suprir essas vagas que nós temos excesso de falta. Há falta de professores em todas as universidades, em todas as universidades públicas.

Quero lembrar que no último dia 14, a UNE teve uma reunião com os DCEs de todo o país. Todos voltaram para seu Estado dando total apoio - nós já estávamos também nessa luta em conjunto -, e lutar junto com os sindicatos, tanto dos técnicos como dos professores, para que nós possamos encaminhar de forma mais decisiva perante o Governo que está meio que não se sensibilizando com a situação que anda a nossa universidade.

A universidade tem esse papel de formação e também esse papel de extensão com a sociedade. Ao mesmo tempo que nós temos todo esse papel feito pela universidade, os estudantes também têm uma crítica básica que pinta no meio do próprio movimento estudantil. Quando vai se falar em greve, a primeira coisa, os estudantes se apresentam contra a greve. Não porque sejam contra à luta dos trabalhadores, mas porque geralmente após uma greve os professores contratados, por exemplo, não vão repor as aulas deles, porque o contrato não estende e eles são maioria dentro da instituição. Então, isso os estudantes sentem quando voltam as aulas, voltam as aulas atropeladas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Então, são nessas questões que os estudantes, às vezes, se portam contra o movimento de greve, não por uma questão... Mas nós também temos que entender, o DCE, a UEE - União Estadual de Estudantes, leva esse debate para o estudante, pedindo inclusive que entendamos a situação que o País está passando, complicadíssima. Nós sabemos que a questão do próprio aumento dos professores não é má vontade do Presidente, mas de toda uma conjuntura política que o País passa hoje; quase todas as categorias do funcionalismo público hoje exigem aumento, aumento e aumento. E outras questões, também, que ocorrem hoje no País causando cada vez mais complicações, e o momento dos professores é este. Nós estamos juntos nessa caminhada, e não só pelo aumento, mas como o continuar do debate da reforma universitária e também verificar toda essa questão de sucateamento da universidade pública que também precisamos entender que não é de agora, esse sucateamento da educação superior no País vem de centenas de anos.

Os estudantes também sentem muito a questão da divisão das categorias, tanto técnica quanto dos docentes, a divisão não do... Até o sindicato se dividindo e enfraquecendo o movimento; a gente percebe também que poucos professores vestem realmente a camisa, quando todos deveriam estar vestindo, já que estamos lutando pelo direito de toda a categoria. E sentimos, também, quando uma greve chega a atingir apenas a graduação, a graduação é a principal atingida, e a pós-graduação permanece funcionando, os cursos de extensão oferecidos pelas universidades permanecem funcionando. Quer dizer, a universidade é uma só, se nós temos que puxar uma greve, temos que condensar tudo que funciona dentro da universidade.

Então, isso acaba também enfraquecendo um pouco o movimento, mas a gente percebe que o movimento é combativo, está aí na luta, firme, e o que a gente pede é que possamos divulgar mais, os colegas estudantes, os colegas professores, trazendo cada vez mais. Porque o que ocorre, pelo menos no nosso ponto de vista de estudante, o que ocorre de não estar negociando, de não aceitação fácil do Governo negociar, é a própria acomodação da categoria. Estou dizendo da categoria numa forma geral, porque fica ali uma quantidade X à frente da luta exigindo, lutando, mas a grande massa, mesmo, que compõe a categoria dos professores, fica aquém do movimento.

Então, nós gostaríamos de agradecer muito a oportunidade e estamos aqui prontos para o debate. Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos chamar os inscritos. São três minutos para cada inscrito. Vamos pedir para atentar ao tempo. Nós corremos contra o tempo, infelizmente. Às 17:00 horas nós temos que suspender.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu gostaria, ilustre Deputada, até porque vou ter que participar de uma outra reunião agora às dezesseis horas, já ultrapassei quinze minutos, de parabenizá-la porque esta é uma oportunidade ímpar de estarmos ouvindo aqui os conflitos e as necessidades não só dos docentes, mas dos servidores técnicos administrativos da universidade federal.

Este é um espaço que a Comissão de Educação tem procurado abrir para a educação mato-grossense e a educação brasileira. E quero fazer um requerimento a Vossa Excelência para que esta audiência pública seja repetida na TV Assembléia - ela está sendo transmitida ao vivo -, em horário diferenciado, porque nós temos um público de aproximadamente trinta mil pessoas que assiste em diversos horários, principalmente à noite, e que a senhora faça um requerimento à TV Assembléia para que possamos repetir esta audiência pública.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Também requero cópia da Ata desta audiência pública na Comissão de Educação para que possamos incorporar essas lutas todas, estar incorporando isso tudo em Plenário. Por fim, eu tenho a impressão de que há um trabalho muito grande no sentido de todos nós Parlamentares da área estadual estarmos apoiando essa luta. E a Deputada Verinha Araújo, que é representante, uma das representantes da educação aqui na Casa, tem desempenhado esse papel com muita galhardia.

O problema da universidade brasileira foi dito pela representante da ANDES, a senhora foi extremamente feliz, a questão da universidade é basicamente de autonomia, e autonomia é dinheiro. É recurso no orçamento. É recurso para pesquisa, é recurso para aprimoramento, para qualificação, para aquisição de material. Infelizmente esses recursos são cada vez mais minguados, eles são disfarçados nas questões dos impostos, a senhora colocou essa questão com muita prioridade, a fonte de recurso é deslocada e, conseqüentemente, há um prejuízo muito grande de todas as categorias, tanto docente como técnico-administrativa. Eu acho que sua fala coroou esta audiência pública.

Certamente que os debates vão enriquecer mais essa audiência e nós vamos incorporar no trabalho da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social. Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARÁUJO) - O primeiro inscrito é o Ivomar. (PAUSA) Ele teve que dar uma saída, mas no seu retorno nós o chamaremos.

Professora Alair Silveira... Vai falar? Já está contemplada!

Com a palavra, o Sr. Júlio César Martins Viana.

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Boa-tarde a todas e a todos!

Eu quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo pela iniciativa desta Audiência.

Cumprimentar todos os trabalhadores da educação do sistema universitário, do ensino superior aqui presentes e os demais.

É muito importante essa discussão sobre a questão educacional. Aliás, a questão educacional, não podemos dizer que temos uma educação precária para todos. Nós temos uma educação excelente para alguns. E isso torna muito mais complexo este debate, esta discussão, porque, na verdade, eu faço parte daqueles que estão excluídos dessa educação de excelência. E mesmo aquilo que nós chamamos de educação privada é uma educação pública. Os valores daquelas mensalidades pagas nas universidades privadas são abatidos no imposto de renda daqueles que têm maior renda. A grande maioria que está na iniciativa privada é duplamente onerada a ir, até porque não tem como abater esse valor. O incrível é que, considerando a educação básica, o valor investido em todo Estado na escola de Mato Grosso no ano de 2004, foi de cerca de R\$900,00 *per capita*/aluno. Mas para aqueles que estão nas instituições privadas e tiveram abatido do seu imposto de renda o valor foi de R\$1.700,00. Portanto, os alunos das escolas privadas receberam do Estado Brasileiro o dobro do que o aluno da escola pública de Mato Grosso recebeu. Isso tudo precisa ser debatido no bojo de uma reforma tributária, mais do que isso, de uma política tributária.

Estudos realizados pelo nosso Sindicato demonstram que os recursos que são isentados dos tributos são maiores do que os recursos que são arrecadados pelo Estado. Isso não significa que nós deixamos de ter obrigação, por exemplo, de pagar o plano de saúde para compensar a isenção fiscal que foi dada em um determinado produto, ou que tenhamos que pagar a vigilância ou a segurança privada para compensar a negligência ou a insuficiência de capacidade do Estado de atender a nossa segurança.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Por último, eu gostaria de dizer que sou aluno do ensino à distância, tanto na minha formação de nível médio, como da minha formação de nível superior. Discordo, inclusive, de alguns enfoques dado pelo ANDES-SN sobre a questão do ensino à distância.

Eu tenho clareza que, considerando os estados da região Amazônica principalmente, o ensino à distância é uma modalidade capaz de assegurar o acesso e, de fato, a democratização no ensino superior.

Mas ele não pode ser como está acontecendo hoje em Mato Grosso... E aí eu gostaria, Secretária Flavia, de chamar a atenção do Governo do Estado e também da Pró-Reitora de Ensino e Pesquisa da UFMT, do procedimento que nós estamos tendo no SEAD, da UNEMAT e UNED da UFMT, que é a cobrança do fascículo. Cada professor que está cursando o curso de Licenciatura, professores da maioria da rede municipal, com salários que correspondem a 60% daquilo que é praticado no Estado, tem que desembolsar quinze reais para pagar por esse fascículo, que foi editado, que foi impresso com recursos públicos, e a aula que nós deveríamos ter é aquele fascículo. É indecente esse comportamento que está tendo as duas instituições que oferecem ensino superior, e com o constrangimento de que quem não pagar o fascículo ficar excluído dos estudos daquela disciplina. Isso é coação da pior que pode ter.

E muitos dos filhos e filhas de professoras deixam de ter o pão, deixam de ter o leite, deixam de ter o medicamento, deixam de ter o vestuário, para que a suas mães e seus pais possam assegurar a sua nova graduação ou o recurso necessário para a sua nova graduação.

Por isso, nós cobramos providência tanto da Pró-Reitora de Ensino da UFMT, em relação a isso, como da Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado em relação a UNEMAT, e também, aqui, a Pró-Reitora, a representante do Reitor da UNEMAT, providência em relação a isso, porque isso é uma indecência.

Mas não está só nisso. A maior parte da interiorização que nós temos, Deputada, Verinha Araújo - permita-me mais trinta segundos, por favor - é feita através dos chamados cursos de parceladas. E as parceladas são, na maioria dos casos, convênios realizados entre as prefeituras e as instituições de ensino superior, Professora Débora.

A União, com isso, deixando de investir no ensino superior, seja por qualquer razão - não vou entrar no mérito desse debate, embora acho que também devemos debater, e, inclusive, isso passa pela discussão da reforma tributária -, tem as instituições para assegurar, entre outras, essas expansões e tem cobrado do município sua contrapartida. E essa contrapartida são recursos que deixam de ser aplicados na educação infantil e no ensino fundamental e, na maioria dos casos, são usados como argumento para coagir trabalhadores da educação da rede municipal nas suas lutas salariais pelos prefeitos da maioria dos nossos municípios. Portanto, mais uma vez é dinheiro que sai da mesa; é leite, pão e alimento que saem da mesa dos trabalhadores da educação básica das redes municipais; é remédio que deixa de atender as necessidades nos momentos críticos de saúde; é o vestuário que também deixa de ter, dentro das nossas próprias necessidades.

Portanto, pensamos que esse debate precisa ser feito com maior profundidade, inclusive considerando os artifícios e as estratégias que têm sido usados para manter, não só o ensino à distância, como também as expansões, através das parceladas, seja através da UNEMAT ou da UFMT.

E nós, trabalhadores da educação básica de Mato Grosso somos solidários, mais do que isso, somos cúmplices com os trabalhadores das instituições de ensino superior, seja dos CEFETs, seja da Universidade, na sua luta mais do que justa por melhorias das suas condições salariais, por melhorias das suas condições de trabalho, por melhorias das possibilidades para que possamos ter uma educação de qualidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

Um abraço fraterno a cada um e cada uma. Aguardamos a solicitação daquilo que pudermos contribuir para que essa luta seja bem sucedida. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Júlio.

Ele falou oito minutos porque era para estar na mesa, mas ele deu seu recado.

Convido para falar a Professora Shirley Silveira, por três minutos, depois o

Jackson

A SRª SHIRLEY SILVEIRA - Boa-tarde a todos em especial à mesa na pessoa da Deputada Verinha Araújo, que tem sido sensível à causa da educação em Mato Grosso, em particular à luta dos professores em todos os níveis no Estado.

Eu gostaria de dirigir algumas perguntas diretamente a três representantes à mesa, em particular - não sei se posso chamá-la assim -: Professora Débora, representante da CESU; Professora Matilde Crudo, representante do Reitor Paulo Speller; e professora aqui representando o nosso Sindicato Nacional.

Num primeiro momento, eu gostaria de lembrar que em sua fala a Professora Débora disse que as universidades federais cumprem um papel estratégico na expansão do ensino superior em todo o País, principalmente atentando-se para a evocação econômica de várias regiões do País.

Eu lhe perguntaria, professora, e depois complemento a pergunta a professora Matilde. Não seria temerário centrar a expansão do ensino superior na vocação econômica de cada uma das regiões do País, considerando que normalmente essa vocação econômica é interpretada pelo conjunto maior da sociedade como as exigências momentâneas do mercado? E o mercado, como algo volátil, não faria dessa expansão algo muito focado nos interesses de determinados grupos em detrimento do conjunto maior da sociedade.

Professora Matilde, a senhora mencionou que a UFMT foi contemplada nesse programa de expansão pelo MEC em particular concursos voltados para os *campus* de Rondonópolis, Pontal do Araguaia e Sinop. E ao mencionar esses cursos, eu senti que a maioria deles atende esse princípio da expansão do mercado, que eu comentei há pouco. Qual é a posição da UFMT em relação a isso?

E, por último, eu gostaria que a nossa representante do ANDES-SN comentasse a relação um pouco mais sobre financiamento do ensino superior, neste momento, e a sua vinculação com a autonomia. Uma vez que, ao fazer aquela explanação sobre a deficiência de impostos vivenciada neste momento, tem dificultado efetivamente a aplicação de recursos públicos em educação pública no País. Não seríamos vítimas de uma privatização cada vez mais acentuada por dentro em todos os níveis de ensino nas universidades federais?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Jackson Marques, e depois o Sr. Antônio Carlos Máximo.

O SR. JACKSON MARQUES - Antes de mais nada, quero desejar boa-tarde a todos que se encontram presentes.

Quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo pela Audiência, que foi citada na televisão e por esse motivo eu vim aqui. Através desta Audiência, podemos tirar algumas dúvidas que todo e qualquer estudante tem.

Eu queria aqui salientar o que o Professor Adriano, do CEFET, disse a respeito do transporte. Hoje, nós vivenciamos um caos total no transporte coletivo em Cuiabá, que prejudica não só a comunidade, mas principalmente os estudantes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

E também queria salientar aqui o que disse a professora que está aqui representando a Nacional, a respeito da deficiência, que é tirada da universidade pública e repassada à universidade particular.

Eu queria fazer duas perguntas ao Adriano, primeiramente. O que está sendo feito a respeito desse transporte, que você citou que há uma deficiência no transporte e o aluno tem por obrigação ter capacidade de se dirigir à escola ou até mesmo à universidade? E à professora, eu queria perguntar se isso não é uma questão de polícia. Não é verdade? Porque se estão roubando o povo, a sociedade tem que tomar conhecimento disso.

E queria somente agradecer pela oportunidade. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço.

O Sr. Antônio Carlos Máximo agradece, já foi contemplado.

Com a palavra, o Sr. José Menezes Gomes, ex-aluno da UFMT e professor no Maranhão.

O SR. JOSÉ MENEZES GOMES - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu ainda não estou acostumado a chamar a Verinha de Deputada, porque é da minha época, e não faz muito tempo. Então, é a primeira vez que eu vou ter que chamá-la de Deputada, porque até então só a chamava de Verinha.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um agradecimento - defendi na minha tese justamente a existência do ensino público - à Universidade Federal do Maranhão, ao Nilo Póvoas, à Escola Técnica, à Universidade Federal da Paraíba e à USP. É importante colocar isso, porque sem o ensino público, a minha trajetória seria bastante diferente.

Antes, eu gostaria de fazer um comentário. Na Federal do Maranhão, um professor que estava resistindo a fazer a greve, levando o seu computador para dentro da universidade, porque não tinha um computador, caiu um armário de seis metros em cima dele. Ele teve sorte de sair a tempo e o seu computador não foi danificado. Só para mostrar como está a situação. Às vezes, aquele que resiste à luta em defesa da universidade pública, pode ser atingido pelo desmonte, literal, da universidade pública. Mas a minha intervenção vai, justamente, contrário às informações que estão sendo veiculadas por parte da mídia, de que Governo passa por relativa dificuldade...

(A SRª PRESIDENTE DIRIGE-SE AO ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. JOSÉ MENEZES GOMES - Não, isso não é verdade.

A tese que eu defendi, recentemente, eu analisei os nove anos do Plano Real e os dados que eu levantei, que o ANDES, Sindicato Nacional, também fez igual, mostram que não procede a idéia de que o Lula não atende a nossa reivindicação porque falta recurso.

Vamos aos fatos. Nos últimos nove anos a receita líquida da união cresceu 198% e a despesa cresceu 70,4%. Se pegarmos só o que foi gasto no ano passado, direta e indiretamente, recurso público para interesse privado, chegou a quase três bilhões de reais. O orçamento das federais é de seis. Só este ano o governo liberou para o FIES, que a maioria não vai ser paga, 1,7 bilhões. Então, não procede o fato de que o Governo passa por dificuldade. Por quê? Vamos lá. Em 2003, a receita além do orçamento, ou seja, que não estava previsto, chegou a trinta e oito bilhões de reais e o orçamento das federais em seis.

Em 2004, a receita extraordinária foi de dezoito bilhões, o orçamento das federais é de seis bilhões e nesse ano, até julho, ele chegou a sete, com previsão de dezesseis. Então, não procede essa informação.

Agora, para encerrar, para onde é que está indo esse dinheiro? Porque esse dinheiro está saindo do nosso bolso para alguém. Aí eu fiz esse levantamento. Nós últimos onze anos, incluindo FHC e Lula, foram pagos de juros da dívida pública, um trilhão e cinquenta e dois

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

bilhões de reais, sendo que só no Governo Lula foram pagos quase quatrocentos bilhões de reais. Essa dívida, em julho de 94, era de sessenta e dois bilhões. Nós pagamos um trilhão e cinquenta e dois e ainda estamos devendo novecentos e quinze bilhões. Somente a elevação da taxa de juros de 16 para 19,75 aumentou a dívida pública em quase cento e quinze bilhões.

O Governo está prevendo pagar este ano, cento e quarenta e cinco bilhões de reais de juro da dívida. É bom lembrar que a despesa de pessoal da União, incluindo os aposentados, chega...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Já foram quatro minutos (RISOS).  
Pode concluir.

O SR. JOSÉ MENEZES GOMES - Então, lembrando, o Governo pretende pagar este ano cento e quarenta e cinco bilhões de juros da dívida. A despesa da União com aposentados e não-aposentados é de noventa bilhões. Olha, esse argumento não se sustenta e para ter mais informações basta entrar no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional e ver a execução orçamentária. Esta é o que eu chamo na minha tese de política econômica dos cientistas. É uma política econômica que visa simplesmente satisfazer as demandas dos cientistas, e os bancos tiveram mil por cento de lucro nesses últimos anos.

Então, é fundamental nessa hora que estamos querendo reivindicar os nossos salários, lembrar também que o reajuste que vem para nós vai servir para crescer a economia. O maior beneficiário do nosso reajuste vai ser a associação comercial, você vai gerar imposto. O que está acontecendo é que o dinheiro que não vem para nós, ele vai direto para os bancos, ele não serve sequer para qualquer atividade econômica.

Era isso, muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Menezes.

Proponho que o senhor escreva um artigo sobre isso.

Célia Alves Borges e depois a Professora Marilda Matsubara. Temos só quatro inscritos.

A SR<sup>a</sup> CÉLIA ALVES BORGES - Eu quero fazer um cumprimento a Deputada Verinha Araújo pela iniciativa da Audiência Pública e cumprimentar todos.

Primeiro, eu quero esclarecer uma coisa: os professores federais estão em greve por recomposição salarial, nós não estamos pedindo nem aumento, estamos pedindo recomposição.

Eu quero perguntar a minha querida amiga Joana Carolina, representante da UNEMAT, porque ela citou vários números aqui de coisas que a UNEMAT está fazendo, parece que a UNEMAT está às mil maravilhas, que o Governo do Maggi está dando tudo para a UNEMAT, têm professores suficientes, as salas de aulas são umas maravilhas... E não é a realidade que eu vi esses dias que eu estive na UNEMAT. Tem uns quinze dias que eu estive na UNEMAT, lá no Instituto de Ciências Sociais e pude ver professores sem salas de aulas, atendendo alunos no corredor, professores que não têm onde se sentar para escrever um artigo, etc e tal. Professores que não têm espaço para ficar dando orientação para um aluno. Um prédio feio, caindo aos pedaços.

Então, a realidade dos números que você apresenta, Joana, não condiz com o físico que eu estou vendo lá. Infelizmente não condiz. Isso pode ser lá em Sinop, que tem um prédio muito bonito, que eu já visitei, inclusive, mas em Cáceres a realidade não é essa. Eu gostaria que você me esclarecesse essa situação.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, professora.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Marilda Matsubara. Depois a ex-vereadora Enelinda Scala, professora aposentada da UFMT.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> MARILDA MATSUBARA - Boa-tarde a todos e a todas, Verinha companheira, como diz a Ivone, nós não conseguimos chamar a Verinha de Deputada, fica tão difícil (RISOS), pela oportunidade que você está abrindo hoje, mais uma vez, para a universidade estar sendo foco da discussão. A universidade pública, o ensino público para nós é muito importante. Cada espaço em que pudermos estar trazendo as nossas lutas, as nossas reivindicações, é sempre muito importante.

Antes de fazer a minha pergunta, eu gostaria de saber se poderíamos tirar daqui, através de sua pessoa, do Deputado Humberto Bosaipo, do Deputado Eliene que aqui estiveram, uma frente parlamentar para se organizar com a nossa Bancada Federal para conseguir com que essa discussão consiga avançar. Todos os meios que os Parlamentares têm para nos ajudar nessa luta, enfim, para sairmos dessa situação difícil. Todo mundo quer voltar a trabalhar, mas nós queremos voltar a trabalhar com o mínimo de dignidade, com certeza nosso movimento quer isso. Ninguém está em greve porque quer estar em greve, assim eu imagino, como professora.

Então, quero pedir para você ver o que consegue organizar, do ponto de vista político, que traga avanços em defesa da nossa universidade.

Eu quero fazer uma pergunta para a professora Débora, no que pese as considerações que ela fez, que não é a pessoa, talvez, para trazer algumas deliberações, mas que ela pudesse nos contar o que está se pensando, quais as discussões que estão ocorrendo no MEC a respeito da permanência dos nossos estudantes, cuja pasta eu represento, a pró-reitoria de vivência, que é uma área importante da assistência estudantil, da política de assistência estudantil. Para nós é importante a expansão, mas temos que criar mecanismos da permanência dos nossos alunos.

Por que o MEC está discutindo em relação à permanência dos nossos estudantes nas universidades públicas? Eu que estou nessa pró-reitoria tenho absoluta consciência de que nas instituições públicas não estão os alunos abastados, como muitos fazem crer. Não estão. Nós temos muitos estudantes que precisam de tudo. Muitos, inclusive, abandonam logo no primeiro semestre porque não temos condições efetivas com recursos próprios. Porque hoje, na renda própria, é com esse recurso que nós conseguimos algumas pequenas bolsas para subsidiar os nossos estudantes. São poucas. O Roni está aqui, ele é nosso companheiro de luta do DCE, e sabe das dificuldades e que nós, com as poucas receitas próprias da Universidade, conseguimos avançar, e avançar muito. Mas isso é muito pouco diante da demanda.

Então, o que o MEC tem pensado na medida em que não acena? Pelo que sei, os 9% vão sair do custeio, mas de um custeio que não é dinheiro novo. Se for do dinheiro da Universidade não vai receber muito, porque vai ter que tirar de algum lugar, da sala de aula, de algum laboratório, para investir na assistência estudantil.

Então, o que o MEC tem pensado sobre isso. Eu queria que você fizesse alguns comentários, ainda que não fossem decisivos (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a ex-Vereadora Enelinda Scala, Professora aposentada da UFMT.

Por último será a Juliana.

A SR<sup>a</sup> ENELINDA SCALA - Boa-tarde a todas e a todos!

Eu cumprimento a Mesa na pessoa da minha querida companheira, Deputada Verinha Araújo, e também todos os meus companheiros da UFMT, professores, colegas, técnico-administrativos, na pessoa do meu querido companheiro Professor Carlos, dirigente do nosso Sindicato.

Eu começo a minha fala relatando uma história do povo japonês. Uma autoridade japonesa, visitando o Brasil, foi entrevistada coletivamente. E estava meio chocha a entrevista, de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

repente, alguém pergunta para ele assim: “Qual a razão do desenvolvimento do Japão?” Essa autoridade ficou até contente de contar que em um determinado momento da história japonesa, aquele reinado, naquele momento, concedeu a todos os professores o Título de Conde e fizeram com que o salário dos professores fosse acima da média de todas as categorias do povo japonês. E vocês sabem qual foi a consequência dessa atitude? Foi o grande desenvolvimento daquele povo, daquela gente, que colocou como prioridade nacional a educação.

E hoje eu estou aqui, meus queridos amigos de caminhada, de luta, até para expressar o nosso sentimento de que a coisa que mais desejaria é que neste Governo, no qual eu também tenho responsabilidade, que é do PT, que é o Presidente Lula, sou fundadora do PT, de que não precisasse mais... Eu sonhei que no nosso Governo os nossos companheiros trabalhadores da educação não fossem precisar fazer uma greve como esta. Eu queria que isso não precisasse mais. Eu sonhei com isso.

E digo para vocês que dentro do pingão d'água que nós somos na estrutura governamental, todos os momentos que temos, temos reivindicado mesmo, de forma contundente e dura para que haja, imediatamente, um entendimento, uma política de recursos humanos de carreira, e que haja, o quanto antes, esse atendimento dos nossos professores das universidades, dos nossos técnico-administrativos, porque, como sou professora aposentada e vivi a vida inteira intensamente a vida da universidade e as nossas lutas, eu não agüento mais ver a UFMT e todas as universidades brasileiras de pires na mão, sempre pedindo e implorando para que ela possa funcionar com dignidade.

Então, eu quero expressar para todos a nossa solidariedade e que estaremos - e a Deputada Verinha sabe disso -, todos os momentos que tivermos a oportunidade, junto ao Ministro, junto ao Presidente, junto aos nossos Parlamentares.

E aqui eu quero cumprimentar a proposta da nossa Pró-Reitora Marilda, gostaria que os nossos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, juntando você com a Serys, com o Carlos Abicalil e todos os outros Parlamentares do nosso Partido, que fossem, puxassem essa pressão para que realmente possamos encontrar logo um entendimento e que todos os acordos, lá realizados, sejam assumidos e honrados e que possamos, realmente, ter salários dignos.

Eu não quero ser conde e nem condessa, não preciso do título de nobreza, mas sonho em ver os meus colegas de todos os níveis da educação, desde o fundamental ao médio, com salários dignos que o nosso povo merece, porque só assim nós vamos transformar de fato a nossa sociedade e vamos ter de fato a inclusão social que nós todos precisamos.

Minha querida companheira, eu sei que estou saindo fora do assunto, mas eu quero aproveitar a oportunidade, porque nós vamos ter um momento muito importante domingo, que é o referendo, o referendo sobre o desarmamento.

E eu peço para todos os colegas que aqui estão e para as pessoas que estão em casa nos assistindo, que comentem, conversem com todas as pessoas que você encontrar, explicando o que significa o SIM e expliquem o que significa o NÃO, porque, Deputada Verinha Araújo, ainda está havendo no meio do nosso povo uma ligeira confusão.

Eu já encontrei pessoas que não querem mais armas e achou que votando no NÃO era para não ter mais armas.

Então, eu convoco nesse espaço que temos que cada um e cada uma que está aqui no seu entorno tente explicar o que é o SIM e o que é o NÃO.

Como nós a vida inteira estamos na trincheira em defesa da vida, nós estaremos votando no SIM, porque nós queremos viver uma experiência de anos aqui no País sem

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

comercialização da arma para ver o que já aconteceu em 2004, quando houve uma diminuição muito grande de mortalidade por arma de fogo.

Eu sonho em viver essa experiência no Brasil para ver se nós podemos, com um desses instrumentos, não só esse, diminuir a violência em nosso País.

Muito obrigada, Deputada, pela oportunidade e o meu abraço a todos. E eu quero que vocês saibam da minha solidariedade. Enquanto viver vou estar lutando para que tenhamos, carreira, dignidade, soberania e autonomia nas nossas universidades.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Com a palavra Juliana, última inscrita.

Antes quero dizer que o Deputado Carlos Abicalil distribuiu uma nota - sua assessoria, seu assessor está aqui -, do seu pronunciamento. Inclusive, naquela vinda do Ministro estava aí, e nós o chamamos. O Paulo Delgado e a Senadora Serys parece-me que estão acompanhando. Eu tenho mantido contato também com a Deputada Fátima Bezerra, que é da Comissão de Negociação. Inclusive ela viria para cá hoje, só não veio em função de uma reunião, não sei se hoje ou amanhã. Ela está bastante envolvida e não pode vir. A princípio, estava marcada para hoje, no dia em que falei com ela, na quinta-feira.

Com a palavra a Sr<sup>a</sup> Juliana.

A SR<sup>a</sup> JULIANA - Boa-tarde a todos.

Eu vou ser breve para dar tempo ainda de concluirmos aqui as questões.

Eu vou me dirigir à representante aqui do MEC, a Débora. É o seguinte: Você mencionou o PROUNI, as políticas de inclusão do MEC. Então, em relação a isso, eu gostaria de saber, primeiramente, como o MEC vai fiscalizar em termos de qualidade do ensino das instituições privadas que vão receber dinheiro público, porque estão recebendo dinheiro público com o ProUni. Então, como o MEC vai fiscalizar a qualidade desse ensino? Porque, como sabemos, os professores de instituições privadas que têm titulação e, portanto, maior capacitação - e estamos sendo dispensados em todo o País -, não têm um plano de carreira. Então, esse é um problema.

E a outra questão vai um pouco no sentido de que a Pró-Reitora estava colocando sobre a política, como manter o estudante do ProUni dentro da universidade, porque o ProUni cobre apenas a mensalidade, mas não cobre livro, material, locomoção do estudante. Enfim, como é que o MEC pretende manter esse estudante na universidade privada?

E, por último, eu gostaria de fazer aqui um convite a todos aqui presentes, a quem estiver assistindo. Amanhã, quarta-feira, dia 19, haverá uma mesa de negociação com o MEC. Foi solicitação do comando nacional de greve do ANDES-SN, Sindicato Nacional, que as universidades em greve fossem às ruas. E nós iremos para a Praça Alencastro, a partir das 16:00 horas e até às 20:00 horas com shows. Então, estaremos lá e todos estão convidados a aparecer para dar apoio a nossa greve, a nossa luta. Muito obrigada. (PALMAS.)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, você, Juliana.

Vamos passar à Mesa. Vamos pedir para que as respostas sejam bem objetivas. Eu sei que o tempo é mínimo. Na verdade, uma Mesa dessa com um tema desse nós precisaríamos ter a mesma quantidade de tempo. Acho que foi importante.

Nós conseguimos um debate qualificado, as perguntas. E quem está nos assistindo neste momento, com certeza, está tendo uma informação realmente do momento que estamos vivendo e que eu estou na luta torcendo para que as negociações avancem e nós possamos responder a essa demanda dos nossos professores, técnicos dos CEFETs, porque eu sei a luta de anos de vocês por repor salários, professores, situação das nossas universidades. Eu sei que o desafio é muito

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

grande. Não vai acontecer de um dia para a noite, mas por isso que estamos vivos, temos utopia, sonhamos e lutamos para que superemos tudo isso. Está certo?

Então, eu gostaria de começar... Nós vamos fazer o contrário. Nós vamos iniciar por quem finalizou para que todos possam, inclusive quem está aqui representando instituições, ter já nas perguntas e nas respostas os desafios para aquilo que está sendo colocado.

Vamos começar pelo Sr. Roni de Pádua, para os esclarecimentos finais.

O SR. RONI DE PÁDUA - Eu fui contemplado na fala anterior. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço.

Com a palavra, o Sr. Albedi Andrade Cerqueira, do Comando Local de Greve do SINTUF.

O SR. ALBEDI ANDRADE CERQUEIRA - Só para dizer para o Roni que o mesmo sentimento que a estudantada tem com relação à unidade, à mobilização e à representatividade nessa greve, nós também sentimos essa deficiência. Mas, isso não é novo, não é um fato novo para nós. Já fizemos outras greves, em outros momentos e que também tivemos o mesmo comportamento da categoria.

Então, tem determinado momento que a categoria vem forte para a greve e em outro momento ela meio que empobrece um pouco. Mas, a perspectiva nossa é o fortalecimento total da greve. Isso porque nós não temos uma pauta unificada, temos uma pauta específica, os docentes tem a deles, os técnicos tem a deles e nós temos a nossa. Mas, nós temos muita coisa que nos agregam numa pauta geral no conjunto dos servidores. E aí nós construímos talvez uma unidade mais forte.

E, gostaria de agradecer a todos e a todas, agradecer a Deputada Verinha Araújo. Eu tenho aqui em mãos a cópia do nosso projeto de Universidade Cidadã para os trabalhadores, uma versão atualizada. Este projeto é um projeto que a FASUBRA vai estar disputando no Congresso Nacional, com certeza, assim como os demais projetos. É a nossa contribuição para a Universidade Pública Brasileira.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Albedi, nós vamos anexar esse documento à Ata da nossa audiência de hoje, vai estar anexada e vai estar, na verdade, nos Anuários da Casa, em todo o histórico da Assembléia Legislativa, junto à audiência de hoje.

Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Eilert, Presidente da ADUFMAT.

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Queremos agradecer a oportunidade e, acredito que foi quebrado um gelo. O gelo foi de nós, professores do 1º, 2º e 3º graus estarmos aqui na Assembléia Legislativa.

Então, eu queria deixar como sugestão, Deputada, que a Assembléia Legislativa, a cada dois meses ou a cada um mês, programasse um debate público, até para que não seja essa aqui a única audiência pública, porque, senão, só estaremos daqui a um ano, dois anos, novamente aqui reunidos. Por que não estarmos aqui debatendo uma vez por mês nesta Casa, neste Legislativo para que possamos, realmente, discutir a Educação Pública que acreditamos?

Então, nesse sentido eu queria deixar aqui essa sugestão, dentro das possibilidades da Casa, de podermos reunir os sindicatos, os estudantes e tal. E dizer que a proposta do financiamento do estudante é algo mais profundo, que temos que pensar, porque se for colocar o dinheiro que vai ser colocado, hoje a Universidade Federal contribui com muito mais, antes de ser aprovada a reforma universitária. Aí nossos estudantes vão passar penúria.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Com a palavra, a Professora Milena, representando o Sindicato Nacional dos Docentes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> MILENA MARTINEZ - Eu tenho aqui duas perguntas para serem respondidas e vou tentar respondê-las...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A senhora tem cinco minutos, Professora.

A SR<sup>a</sup> MILENA MARTINEZ - Pretendo não usar todo o tempo, pelo menos, não ultrapassar.

Quando você me pergunta da relação financiamento com autonomia, ela é uma relação direta, porque não é possível, de forma nenhuma, você estabelecer um processo de autonomia, como disse a nossa companheira, quando os reitores estão de pires na mão. Até porque você não terá não só a autonomia da gestão financeira, mas você não vai ter autonomia nem de projeto político-pedagógico, nem de projeto de pesquisa dentro da universidade, até porque nós sabemos que a autonomia é parte integrante do conceito de universidade da qual nós defendemos. Desde o século 12 que se defende a autonomia em função de quê? De que o conhecimento seja um conhecimento voltado para o conjunto da população e que não haja, na realidade, nenhuma intervenção para o conhecimento, que não existisse naquela época nem da igreja, nem da monarquia, mas que, de qualquer maneira, o Estado bancasse essas universidades.

A história das universidades é bastante interessante, porque a autonomia é parte desse conceito que nós temos da autonomia da profissão do conhecimento, da formação qualificada dos cidadãos, de uma pesquisa que se volte integralmente para o conjunto da sociedade, não para determinados grupos. Então, eu acho que ele, na realidade, está intrinsecamente ligado.

Quando você me pergunta: “Existe privatização por dentro das universidades federais?” Com certeza. Por quê? Porque nós fomos levados a um estado de penúria que as soluções que são decididas são as piores possíveis, vamos dizer assim, que é buscar dinheiro no mercado, que é fazer curso de especialização, que é cobrar pelos cursos de extensão, que é cobrar taxas nas universidades que antes não se cobrava nas universidades públicas, em função absolutamente de miserabilidade é que nós fomos obrigados a enfrentar. Eu não estou justificando isso, não é nenhuma justificativa, mas o processo de privatização é interno. E se dá por essa condição de que foi o Estado mesmo que criou, para que nós ficássemos nesse imbróglio danado nas dificuldades da greve.

Falavam aqui que há professores que não vestem a camisa, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, mas se nós temos um número enorme de professores que são de contrato precário, eles não têm o compromisso da universidade que aqueles que têm carreira têm. Até porque se eles estão aceitando contratos precários para ganhar trezentos e poucos reais, na realidade é porque eles precisam, sem menosprezar a capacidade desses companheiros que merecem todo o nosso respeito, porque são os que dão aula, quarenta horas de aula direto, não têm acesso aos grupos de pesquisa, não têm possibilidade de fazer extensão, enfim, as condições que foram criadas para nós obrigaram as universidades, a nós não, porque nós não queremos vender nem serviços, muito menos o nosso trabalho, mas isso foi realmente colocado.

Com relação à pergunta que eu acho que foi o estudante que me fez, se a questão do dinheiro era um caso de polícia, eu diria que não é um caso de polícia, é um caso de política, de opção política clara do Governo de construir não mais uma instituição social, mas uma organização social. E a organização social tem como prioridade a venda de serviços e de consultorias, enfim, de tudo aquilo que interessa o mercado. Então, foi uma opção política tomada pelo Governo que entende que esse é o modelo de universidade, talvez seja esse o projeto de sociedade que se esteja construindo. Só chamando atenção que na realidade a universidade reflete a crise que nós vivemos na sociedade, de um modo geral, e que nós temos que ter muito cuidado, porque quando defendemos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

um projeto de universidade, defendemos junto o projeto de sociedade. Então, o desafio que nós enfrentamos neste momento é recuperar a universidade como espaço público de produção do conhecimento original, é desmercantilizar a educação, e mais do que nunca, fazer da universidade...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Conclua, por favor.

A SR<sup>a</sup> MILENA MARTINEZ - ...uma instituição que seja primordial no desenvolvimento de um projeto de nação, não é só de um projeto de desenvolvimento econômico local, isso é importante também, ela vai fazer, mas ela tem que estar pensando num projeto de nação.

Quero agradecer mais uma vez todos vocês que aqui estiveram, à Deputada por este espaço, a todos os meus companheiros de Mesa e dizer que estamos aí na luta e esperamos contar com vocês, inclusive com o MEC, para que esteja do nosso lado nessa luta que nós enfrentamos, que é absolutamente justa (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professora.

Adriano Bereunig, representando o Diretor-Geral do CEFET, Professor Henrique Barros.

O SR. ADRIANO BEREUNIG - Eu vou responder perguntas, serei bastante breve.

Com relação à questão do que tem sido feito pela inclusão no transporte, vemos que quase nada, inclusive nas outras inclusões, o que está aqui na Mesa, inclusão no material escolar, inclusão na alimentação, inclusão como contexto dentro das instituições. O que tem se feito é inclusão na instituição, não a manutenção que permeia todos esses outros itens.

No mais, agradeço todos da Mesa pela contribuição e lembro que na realidade essa é uma luta da educação superior, apenas o início.

Queria realmente reforçar o que foi falado aqui, deveria ser feito mais constantemente, porque é um tema polêmico e parece que é cíclico, parece que há momentos que ele vem à tona e em outros ele entra em baixa. Então, é preciso tentar manter isso como um degrau. No mais, quero parabenizá-la pela iniciativa, Deputada. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada. Professora Matilde Araki Crudo, Pró-Reitora de Ensino e Graduação da UFMT.

A SR<sup>a</sup> MATILDE ARAKI CRUDO - No dia 20 de setembro, o professor Palácus, Diretor de Desenvolvimento de Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior do MEC, levando em consideração o plano de desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Mato Grosso e as características socioeconômicas das regiões atendidas pelos *campi* da Federal de Mato Grosso, anunciou a criação, em visita aos *campi* da UFMT, dos cursos de Medicina Veterinária, Agronomia, Engenharia Florestal, Zootecnia, Enfermagem, Licenciatura em Ciências da Natureza, no *campus* de Sinop; dos cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola e Enfermagem, no *campus* de Rondonópolis; e o curso de Enfermagem no *campus* de Pontal; além de consolidar os cursos já existentes.

O anúncio desses cursos atende a interesses econômicos? Certamente que sim? É óbvio que sim. Seria muita ingenuidade imaginarmos que esses cursos não tenham uma vinculação ao sistema econômico externo. Mas atende muito mais que isso. Atende também a demandas sociais fortemente colocadas pelas regiões norte, sul e leste de Mato Grosso. Representa também a consolidação do papel estratégico da Universidade Federal de Mato Grosso que é a única instituição federal de ensino superior, a única universidade federal em nosso Estado de dimensões tão grandes.

Em nome do Reitor e dos Pró-Reitores aqui presentes, eu gostaria de agradecer o convite para participar desse debate e nos colocar à disposição para sempre afiar o debate sobre os destinos da universidade pública. Obrigada.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, professora. Agora, Dr<sup>a</sup> Carolina Joana, representando a UNEMAT, o professor Taisir.

A SR<sup>a</sup> CAROLINA JOANA - Eu estou numa posição boa. Tanto sou professora da federal aposentada quanto da UNEMAT. Então, posso falar bem, conheço bem as duas universidades. Eu vou falar da UNEMAT como me foi solicitado.

Quando falei da UNEMAT, o que a UNEMAT é, eu falei para a minha empregada que está lá em casa assistindo televisão e nem sabe que existe a UNEMAT. Então, há pessoas aqui que nem sabem que a UNEMAT existe e nem que elas têm possibilidade de acesso ao ensino público de nível superior, além da UFMT. A maioria das pessoas desconhece isso. Então, eu falei para essas pessoas que estão assistindo, em primeiro lugar, o que é a UNEMAT. Agora, é claro que tem coisas na UNEMAT que estão aquém de uma universidade pública de ensino superior e tem coisas que são boas.

Eu vou falar assim... Eu estava pensando os desafios da UNEMAT esses três dias. E pensando que a UNEMAT... Eu comecei dando aula em uma favela aqui em Cuiabá, e depois dei aula na Federal. Então, as carteiras da UNEMAT na sala onde eu dou aula são piores do que as carteiras da Escola Ezequiel de Siqueira, onde eu comecei a alfabetizar crianças. Isso é verdade. No entanto, a reunião de professores do ensino superior indígena é melhor do que todas as reuniões das quais eu já participei na Federal, na UFSCAR, no INPA, onde eu estudei. São reuniões em que os professores, naquele caso, se preocupam com os alunos. Cada aluno é visto como um ser humano. Então, eu tenho essa experiência boa também.

Eu dou aula à noite e os alunos viajam três horas para chegar na universidade. Eles voltam para casa e chegam em casa à 01:00 hora. Eu me sinto muito bem podendo auxiliar essas pessoas. Quando eu saio às 11:00 horas da sala de aula, pela manhã, a pessoa que me atende e enche o tanque do meu carro é o meu aluno. Eu nunca tive isso em toda a minha vida.

Então, eu sinto que a UNEMAT realmente está atendendo a expansão. Por um lado, ela está atendendo a expansão que esse Governo exige; por outro lado, ela é a única universidade que oferece um Curso de Agronomia baseado em agroecologia, que é totalmente diferente do que esse Estado pensa e quer. Então, ela não atende, ela não está centrada no que o Governo quer. A sua expansão também atende a necessidade de outras pessoas. É claro que ela tem deficiência. Agora, eu vejo que tudo isso depende do sistema de avaliação. Quem avalia a UNEMAT? Quem avalia a UNEMAT, infelizmente, meus colegas, são os professores da UFMT. Eu, pessoalmente, falei para um professor que se eu fosse avaliar a UNEMAT, há coisas que eu não deixaria passar. Então, somos nós que avaliamos a UNEMAT, que deixamos passar algumas coisas que não deveriam passar. Então, o sistema de avaliação, quando avalia a UNEMAT e pede que a UNEMAT tenha três cursos de mestrado no prazo de cinco anos... Gente, essa é uma exigência muito alta. Montar um curso de mestrado é uma exigência muito alta.

Então, quem exigiu isso foram os avaliadores. Não foi o Governo que pediu para ter três. Não foi a reforma universitária, ainda. Então, são pessoas que, provavelmente, nem defenderam uma tese para saber os requisitos para se ter um mestrado.

Ela não tem... Daqui a cinco anos, se ela conseguir ter três, olha... Então, eu quero pedir, Professora Célia, e agradeço muito a sua pergunta, porque vejo que nós temos a oportunidade, aqui em Mato Grosso, com a UNEMAT, com a UFMT, de estar realmente podendo oferecer...

O debate aqui está centrado nesse momento delicado que a UFMT e que outras universidades federais vivem. Por isso que eu tive que fazer uma fala um pouquinho mais descritiva do que é a UNEMAT para que, realmente, o que tomasse força fosse a situação da Universidade Federal hoje. É nesse sentido, no respeito que tenho a Federal, com todo o meu histórico. A pessoa

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

que sou hoje, o que tenho hoje, tudo o que tenho, devo à Universidade Pública Federal; tudo que eu estudei sempre foi pago pela Universidade pública e federal, que foi paga por todos nós aqui.

Eu respeito aquele senhor que está lá naquele canto, que sempre foi laboratorista na Universidade, respeito a universidade, porque é graças a ela que consegui fazer tudo o que fiz. Eu sempre estudei em escola pública, em universidade pública. Sempre fui paga para estudar. Eu continuo dando aula na Universidade Federal, sem nenhum salário, sem nada, sem nenhuma vinculação, porque devo àquela universidade também, e foi ela que nos fez estar todos aqui - universidade gratuita e de boa qualidade. A minha disposição aqui é no sentido de fazer com que as duas universidades públicas do Estado possam, cada vez mais, estar oferecendo ensino de qualidade.

E vejo que nós temos essa condição, o Estado brasileiro tem essa condição de fazer com que possamos dar essa condição ao brasileiro que mora neste país, que mora neste Estado, que vive aqui.

Grata, Deputada Verinha Araújo. Estamos à disposição, o Professor Taisir está em Brasília e me pediu para vir aqui. Eu só vi pela televisão e nós não... Mas eu vejo que este momento é um momento para discutir a situação das universidades federais que estão nessa crise atualmente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professora. Mas os desafios para a UNEMAT são os mesmos, também, é recurso, é concurso, é o plano de carreira, não é muito diferente, não. Mas eu agradeço a presença da senhora que respondeu ao convite e está aqui.

Agora, a Professora Flávia, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, e depois, para encerrar, a Professora Débora.

A SR<sup>a</sup> FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - De forma bastante rápida, em primeiro lugar quero agradecer a denúncia do Júlio César. Eu não tinha conhecimento dessa cobrança de R\$15,00 pelos fascículos da educação à distância.

Quero dizer que assim que for possível, hoje ou amanhã, no máximo, vou pedir informações sobre isso e a resposta será encaminhada ao SINTEP, porque eu acho que é interesse de todos termos conhecimento disso.

Tenho a impressão de que as prefeituras estão envolvidas nisso também e pode ser que haja cobrança por parte da prefeitura e não da UNEMAT. Eu não tenho conhecimento, vou me informar e o SINTEP vai ser informado também.

Respondendo, também de forma rápida, a professora Célia, eu agradeço a pergunta também, da mesma forma que a professora Carolina agradece, que nos dá a oportunidade que não teríamos de falar, se a pergunta não viesse.

Antes disso, agradeço também a resposta generosa da professora Carolina, porque ela agradece ao sistema público e eu agradeço muito também ao sistema público e ao coleguismo realmente que existe entre nós professores e funcionários da universidade, o apoio que existe do corpo docente e do corpo de técnicos para que a universidade cresça.

E agora, nessa posição que estou, na oportunidade que estou tendo de ter uma visão mais ampla da educação superior pública, não só federal, tenho a oportunidade de ver que isso deve acontecer também entre as instituições e é nesse caminho que estamos trilhando.

Então, para responder, de forma bastante direta à professora Célia, eu quero dizer o seguinte: a senhora fala do Governo Maggi. Eu diria que nos Governos anteriores nós tínhamos decisões de gabinetes para a expansão da UNEMAT. Isso foi muito comum nos últimos anos, as decisões eram tomadas no gabinete do Governador e a UNEMAT era obrigada, então, a expandir *campus*, expandir cursos e hoje temos uma situação que realmente não é a situação ideal. Existem

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

curiosos de altíssima qualidade sendo oferecidos por professores com contratos temporários, contratos precários. Existem muitos casos.

A professora Carolina poderia ter listado vários deles, não fez isso até pelo tempo, tenho a impressão, nós o temos bastante restrito aqui. Agora essa expansão desordenada, que eu entendo muitas vezes confrontando com o próprio planejamento da instituição, resultou num quadro em que cabe a nós agora, junto com a UNEMAT, tentar solucionar.

Então, só para a senhora ter uma idéia, neste ano de 2005 nós, juntos com a UNEMAT, realizamos o concurso público para funcionários e a UNEMAT já empossou 289 novos concursados, concurso público para funcionários da UNEMAT, decisão do Governo Maggi em 2003 e nomeação agora em 2005.

Nós estamos tramitando o processo de concurso para professores. Eu tenho aqui o protocolo que a UNEMAT fez no dia 04.10.05, o protocolo de solicitação de concurso público para docente. Nós estamos no dia 18 de outubro de 2005, e esse processo já tramitou na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, já tramitou na SAD, que é a Secretaria de Administração, está sendo encaminhado à Secretaria de Planejamento para cumprir todo o trâmite de autorização. Estão sendo pedidas, e certamente serão autorizadas nada mais, nada menos, nada mais do que 598 vagas para docentes. Hoje, na UNEMAT 66,7% - professora Carolina, me corrija se eu estiver errada, mas eu acho que não estou -, do quadro de docentes da UNEMAT são compostos por professores contratados temporariamente.

A UNEMAT tem, hoje, 277 professores efetivos, e 555 são contratos temporários. Desses 555, 128 são substitutos - o que é normal, é aceitável. Toda instituição precisa ter professor substituto, que é aquele que substitui o professor que vai para a qualificação, aquele que vai para a administração, ou aquele que pede afastamento por motivos pessoais. Então, são 128 substitutos. A diferença é de 427, que são contratos temporários que a UNEMAT foi obrigada a fazer em função dessa expansão desordenada -eu chamo de desordenada -, que ela teve nos anos que se passou. Então, agora nós estamos tentando corrigir isso. E eu duvido que alguém já tenha visto um concurso público numa instituição com 598 vagas para docentes. Isso é Governo Blairo Maggi!

Outra coisa que nós gostaríamos de destacar aqui também - eu peço desculpas, Deputada Verinha Araújo - é que a arrecadação tributária do Estado é feita normalmente, e são destinados 4,2% desse valor total à UNEMAT, descontado o que se chama cota parte do Estado. Esses 4,2% significaram 69 milhões de reais em 2005, e significarão 84 milhões de reais em 2006. É com esse orçamento repassado regularmente de forma semanal à UNEMAT, é com esse recurso que a UNEMAT pode fazer o seu planejamento. E ela consegue fazer muita coisa, como exemplo, investimento em pesquisa.

A senhora deve saber que no ano de 2004, 2005, nós fizemos um investimento de 3 milhões de reais na UFMT para melhoria de infra-estrutura de pesquisa e estamos fazendo a mesma coisa agora na UNEMAT. A diferença é que a UNEMAT pode também fazer uma contrapartida também, de três milhões de reais.

Então, isso resulta em muito mais investimento para a infra-estrutura de pesquisa graças, obviamente, ao planejamento que ela tem e a vontade que ela tem de fazer o investimento na pesquisa, que é o que a Prof<sup>ª</sup> Carolina se referiu agora há pouco.

Existem outras muitas coisas que nós estamos fazendo, que não temos como entrar em detalhes agora, mas, por exemplo, o DINTER, na área de Ecologia está sendo financiado pela FAPEMAT. Não sei, Prof<sup>ª</sup> Carolina, quantas vagas são? São 25 vagas, 25 novos doutores. A FAPEMAT está financiando esse DINTER Nós estamos também ajudando a financiar o processo de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

avaliação interna da UNEMAT, a auto-avaliação, que é um processo importante dentro da nova sistemática de avaliação do MEC.

E, só para finalizar, para não dar outros exemplos, os 04 novos cursos que a UNEMAT está abrindo este ano, fazendo o vestibular, quem definiu os cursos é a UNEMAT. Não é o Governo, não é o MEC, não é a SEDUC, não é a SECITEC, não é ninguém. É a UNEMAT!

Então, é dessa forma que o Governo Blairo Maggi tem trabalhado e eu tenho certeza que depois desses quatro anos, a UNEMAT vai ter, realmente, feito um avanço grande, não porque há favorecimento, mas porque juntos nós estamos conseguindo apoiar ou fazer com que a instituição se fortaleça, porque ela tem um papel fundamental no Estado, porque ela atende, praticamente, todos os municípios - a Prof<sup>a</sup> Carolina relatou aí - que são mais de 120 municípios no nosso Estado.

Muito obrigada.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para encerrar, a Sr<sup>a</sup> Débora Silva Santos, que representa aqui o Sr. Nelson Maculan, Secretário de Educação Superior do MEC.

A SR<sup>a</sup> DÉBORA SILVA SANTOS - Eu não vou responder que eu me sinto contemplada com a resposta da Matilde, eu acho que podemos até conversar um pouco depois, mas acho que o que ela falou sobre a expansão e a vocação econômica de cada uma das universidades e os cursos que estão abrindo. O que o Ministério tem pensado, quer dizer, a Milena falou assim, a questão é do bem público. A partir do momento que você tem uma universidade privada exercendo esse bem público e que, hoje, é 79% da Educação Superior, reverter esse quadro é um processo longo, em três anos é impossível se fazer isso. Então, o que o Ministério tem feito com a questão da expansão - que boa ou ruim é isso que tem sido proposto - é de você precisar aumentar o sistema federal de educação para poder ao mesmo tempo começar a diminuir com toda essa questão de privatização. Não é possível você começar a dismantelar tudo isso que veio durante vários anos sendo construído e substituir rapidamente essa outra, pelo projeto federal, se você não tiver uma expansão.

Então, nesse sentido é isso que vem sendo discutido no Ministério, a necessidade de estar se criando outros curso. Isso você tem essa grande expansão, quer dizer, são trezentas mil vagas sendo abertas. Aí você cai no quê? Na questão de fazer com que... O que é que tem que se fazer nesse momento? É começar a ter um sistema claro de avaliação das universidades particulares.

Uma coisa que, vamos dizer assim, até dois anos atrás isso não acontecia, você tem dentro das universidades os avaliadores de universidades, assim como, infelizmente, temos neste país, como ela acabou de citar aqui, quem avalia é o próprio outro professor. As avaliações eram feitas de forma muito espontânea, de vontade... Quer dizer, eu peguei várias vezes a Comissão do MEC vindo - eu sou professora em São Paulo, de escolas particulares - várias vezes, fazer avaliação. O professor que vinha para avaliar, ele tinha três dias, ele ficava meia tarde, quer dizer, recebia os três dias do MEC, fiava meia tarde e fazia a avaliação do curso. Então, quer dizer, isso era uma grande gozação.

Teve completamente uma grande mudança de todos os avaliadores dentro do MEC, uma reestruturação, eles passaram de novo... Isso não quer dizer que vai ser ótimo a partir de agora. Mas, pelo menos, uma tentativa de que isso melhore e que as avaliações das escolas particulares sejam feitas de forma clara e com exigência, você tem um grau de exigência para que essas instituições comecem a ser descredenciadas, aí possamos começar a pensar em fazer um outro trabalho.

Isso eu entro na qualidade do ensino do ProUni. É a mesma coisa. Quer dizer, você vai entrar em discussão sobre quem é essa universidade que está recebendo recurso. Ela pode estar

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

---

sendo financiada - e é isso que o Ministério agora começa a fazer -, simplesmente, com a bolsa do ProUni. Então, quer dizer, primeiro foi lançado o programa e agora, a partir do próximo ano, estará sendo feito. Estou montando toda uma forma de acompanhamento de avaliação do próprio plano de desenvolvimento institucional de cada universidade.

Eu entro na outra questão: que é a de que você vai cair no ProUni novamente. Você tem uma universidade. Como a Milena acabou de falar, a universidade reflete a sociedade. Hoje, a grande preocupação dentro do Ministério é um pouco isso: a sociedade que nós temos. Nós conseguimos fazer uma avaliação sobre a sociedade brasileira, sem levar em conta a questão da diferença étnico-racial que existe neste País e essa diferença não é calculada. Nós temos a população negra que são 45% dessa população, e ela não está nos bancos das universidades. Isso não quer dizer que são boas as cotas, que ótimo, eles vão entrar. Eles não estão entrando por prêmio. Isso não é prêmio. A partir do momento que vai ser feito um vestibular que é o mesmo, apenas vão concorrer quem vem de escola pública e quem vem de escolas particulares, infelizmente, eu acho horrível falar isso, mas a escola pública é ruim... Eu acho horrível falar isso, mas na verdade sabemos, todo mundo aqui já citou várias deficiências que existem.

Então, não é possível pôr esses dois alunos para concorrerem juntos. O que tem que ser feito? Não é só, a grande maioria das universidades tem sido contra essas políticas de ações afirmativas incentivadas pelo Ministério da Educação. Agora, o que se tem feito de propostas e alternativas a isso? Gratuidade na inscrição do vestibular? Cursinhos pré-vestibulares? Se formos fazer uma discussão mais séria, primeiro, o vestibular até hoje não está avaliando exatamente o que o aluno sabe, ele não avalia nenhum mérito. Isso temos discutido o tempo todo, ele não avalia mérito. Ele não está avaliando mérito, ele avalia a competência que aquele aluno tem para poder prestar o vestibular, por isso que existem os cursinhos pré-vestibulares.

O Ministério tem cometido um erro. Eu acho que é um erro, falo aqui com muita tranqüilidade, é um erro incentivar dentro do próprio Programa Diversidade na Universidade... Claro, existem vários outros programas do MEC, eu citei meia dúzia. O Programa Diversidade na Universidade quer apoiar cursinhos pré-vestibulares. Olha, os cursinhos pré-vestibulares foi uma coisa criada em 1960, que era um paliativo para quem não entrava no cursinho, isso não é avaliado por nada, não é regido por nada, por nenhum sistema e continuamos mantendo isso como forma, e os cursinhos são um dos sobreviventes dessa forma. Então, criam-se cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes, e a continuamos brincando que estamos fazendo isso.

Então, tem que ter um investimento da própria universidade, sim, dos professores, sim, em fazer o quê? Ir trabalhar nos cursos médios e ter propostas. Já tem várias universidades que têm colégio de aplicação, alguma coisa, temos outras formas de fazer isso. Então, é assim, ficamos brincando um pouco com as coisas que estamos fazendo.

A questão da permanência dos alunos é uma questão séria que está sendo discutida. O Ministério da Educação não tem um programa, na verdade, que possa substituir, faça a permanência desses alunos na escola, assim como também não tem o acesso. Existem programas que duram pouco tempo. Não dá para pensar, tem quatro ou cinco programas do Ministério, que eu posso citar para vocês, dando bolsa para alunos durante dez meses, durante um ano. Ora, se estamos pensando em permanência, não podemos pensar em um ano. Ou pensamos nos quatro anos do curso, ou não dá. Então, isso tem sido uma discussão feita com o Ministério, na verdade, com o Ministério da Fazenda, que tem que repensar. Tem que ser um grande programa feito por um número certo de alunos que necessitam dessa assistência estudantil para poder fazer isso. E o ProUni tem feito isso.

O ProUni foi feito para quatro anos. Bolsas nas escolares particulares que na verdade é investimento um pouco na escola privada, por quatro anos os alunos recebem essa bolsa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**  
**NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS**  
**14:00 HORAS.**

---

E existe também uma bolsa para os alunos do ProUni para quem faz curso integral de trezentos reais, que é essa discussão hoje, quer dizer me perguntaram como está o estado dessa discussão. Essa discussão hoje está nesse ponto. Nós queremos discutir quatro anos de bolsa também para alunos que estiverem nas escolas federais.

Eu peço desculpas, falei demais, agradeço a todos, agradeço o convite. Realmente concordo que nós poderíamos pensar em temas e vir fazer uma discussão sobre temas específicos à exaustão. Mas eu agradeço e estou disposta e a Secretaria de Educação também do MEC está disposta.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Débora.

A TV vai cobrir a Sessão e está aguardando para iniciar a Sessão, e nós vamos sair do ar.

Mas eu gostaria de agradecer a presença de todos e de todas. A maioria ficou presente aqui, acompanho o debate. Eu sei que nós não vamos esgotar nesse momento, mas nós abrimos, não abrir espaço, mas fizemos o que tínhamos que fazer.

Nós estamos à disposição e tem que fazer esse espaço aqui como instrumento da sociedade. Nós estamos aqui para isso.

Quero agradecer a todos e todas da Mesa que se colocaram, colocaram a situação de suas instituições.

Para finalizar eu quero dizer que nós acatamos a proposição da Frente Parlamentar para acompanhar as negociações. Independente dessa Frente tenho conversado constantemente com os Parlamentares Federais do Estado para saber das informações. Nós encontramos os nossos colegas educadores que estão paralisados. Estou à disposição para articularmos isso. E o Júlio me lembrava aqui, o Júlio do SINTEP, que já foi proposta numa audiência pública anterior a formação de um fórum permanente da educação, integrando as instituições de ensino superior, para nós fazermos esse debate.

Acho que hoje demonstrou a necessidade disso e também para nós superarmos essa falsa disputa que existe entre UNEMAT e UFMT. Nós temos que trabalhar juntos. Nós que andamos nesse interior aí, vemos a necessidade, como eles cobram a chegada do ensino superior nos municípios, ou pela UNEMAT, ou pela UFMT. Quando chega, o pessoal abraça essa causa. Nós sabemos o significado dessa carência.

Então, muito obrigada.

Vamos adiante. Estamos aí na luta para os educadores conquistar aquilo que é direito, que é salário. Não tem como termos uma universidade de qualidade se os salários estão achatados. O salário do professor da universidade hoje é 1/3 do salário do professor da rede municipal de ensino. Eu sei porque sou professora municipal e sei da luta. E o salário dos servidores também de todas as instituições.

Muito obrigada. Vamos à luta.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS  
14:00 HORAS.

---

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Ila de Castilho Varjão.